

2021



Relatório Anual

Plano Multifuturo II



O Relatório Anual da Fusesc é parte do compromisso da Entidade com a transparência e o relacionamento com seus públicos. O documento é publicado anualmente e apresenta informações sobre a gestão, resultados operacionais e impactos econômicos. Este Relatório refere-se ao exercício de 2021.

A Fusesc

A Fusesc é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar multipatrocinada, na qual são Patrocinadoras o Banco do Brasil, o Estado de Santa Catarina (na qualidade de sucessor da Codesc), Badesc, Bescor e SIM - Caixa de Assistência à Saúde.

A Entidade realiza a gestão de três planos de benefícios, cujos recursos são provenientes das contribuições mensais feitas pelos Participantes e Patrocinadoras. Estes recursos são investidos no mercado financeiro de acordo com o que rege a Política de Investimentos dos referidos planos, buscando obter a melhor rentabilidade, liquidez e segurança.

Missão

Instituir e administrar planos de benefícios com excelência, oferecendo segurança financeira aos participantes e assistidos.

Visão

Ser referência em eficiência administrativa, retorno ajustado ao risco inspirada por princípios de investimento responsável e manter a solvência dos planos de benefícios.

Valores

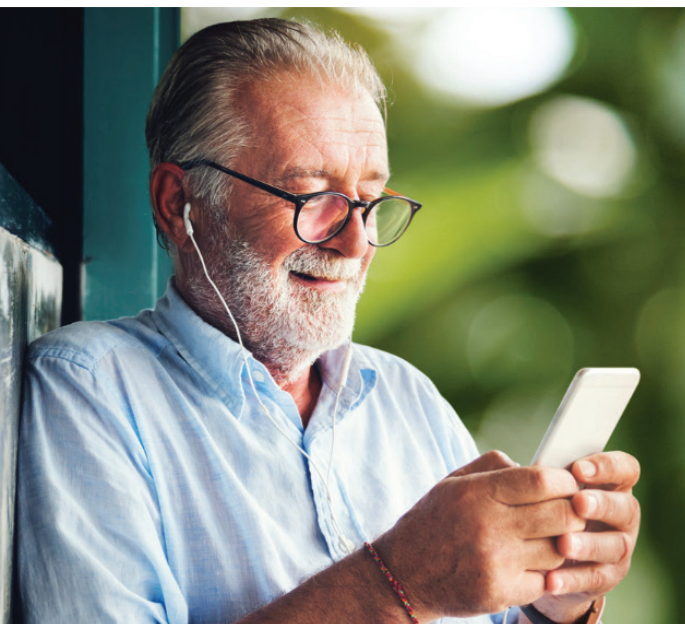
- Ética e respeito à legislação como princípios de ação.
- Zelo pela solidez e imagem da instituição.
- Garantia da perenidade e previsibilidade na gestão dos planos de benefícios.
- Aprimoramento dos serviços prestados visando a satisfação dos participantes e assistidos.
- Comprometimento com a qualificação dos profissionais de acordo com os objetivos e padrões de excelência da entidade.
- Atuação institucional para fortalecimento do sistema de previdência complementar do país.

Sumário

Gestão da Fusesc	5
Conexão com o seu presente e futuro	5
Governança Corporativa	6
Realizações	7
O que aconteceu na Fusesc em 2021	7
Comunicação e Relacionamento	14
Educação Financeira e Previdenciária - Programa A Escolha Certa	15
Resultados Consolidados	16
Gestão de Seguridade Plano Multifuturo II	17
Gestão de Investimentos Plano Multifuturo II	18
1.Demonstrações Contábeis	20
1.1. Balanço Patrimonial Consolidado	20
1.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada)	21
1.3. Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano de Benefícios Multifuturo II	22
1.4. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano de Benefícios Multifuturo II	23
1.5. Demonstração das Provisões Técnicas do do Plano de Benefícios - DPT - Plano de Benefícios Multifuturo II	24
1.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada)	25
1.7. Notas Explicativas �s Demonstra�es Contábeis	26
2.Pareceres	51
2.1. Parecer Atuarial - Plano Multifuturo II	51
2.2. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstra�es Contábeis	58
2.3. Parecer do Conselho Fiscal	62
2.4. Parecer do Conselho Deliberativo	63
3.Investimentos	64
3.1. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano Multifuturo II	64
3.2. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa	67
3.3. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano Multifuturo II	70
3.4. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa	73

Gestão da Fusesc

Conexão com o seu presente e futuro



Resiliência, eficiência e resultados positivos foram as palavras-chave da Fusesc em 2021.

Apesar de ser um ano desafiador para todo o mercado de previdência complementar, em razão dos reflexos continuados da pandemia e das oscilações do mercado financeiro no mundo, a Fusesc utilizou o cenário adverso como oportunidade para reduzir despesas e melhorar sua eficiência operacional.

Em linha com o planejamento estratégico 2021/2030, foram alcançados diversos objetivos, como a redução das despesas administrativas, a reorganização dos processos internos e a redistribuição da força de trabalho da Entidade, para melhorar o desempenho em áreas estratégicas.

Para isso, entre as principais ações tomadas, estiveram a mudança de sede, a revisão de contratos com prestadores de serviços, o estabelecimento do sistema híbrido de trabalho da equipe, a implementação da Política de Gestão de Pessoas. O resultado foi uma economia de 17% dos custos administrativos, no valor de 2 milhões de reais, contabilizados nos últimos três anos.

Para aprimorar os serviços, também foi feito o investimento em tecnologia, com a implementação de novo software de governança corporativa.

Nos investimentos, a Fusesc demonstrou resultados acima da mediana do segmento de Contribuição Variável. Mesmo com as incertezas de mercado no período, todos os planos de benefícios fecharam o ano com superávits acumulados. Além disto, o Plano Multifuturo II fechou o ano (9,48% a.a) com rentabilidade 61% acima da mediana do segmento CV (5,89% a.a).

Conectada aos Participantes e Assistidos, a Entidade reforçou suas soluções remotas, manteve sem interrupções o atendimento ao público por telefone e via canais digitais e retomou o atendimento presencial às terças e quintas, na nova sede da Entidade, seguindo as medidas de segurança sanitária em relação à Covid-19, para proteção de todos.

Este relatório possui muitas informações importantes a respeito da gestão da Entidade, aproveite a leitura e, em caso de dúvidas, entre em contato conosco!

Governança Corporativa

Diretoria Executiva

Diretor Superintendente: Vânio Boing

Diretor Financeiro e Administrativo: Carlos Eduardo Pitz

Conselho Deliberativo

Membros efetivos: Pedro Bramont (Presidente), Anderson dos Santos, Marselle Goulart, Mauro Luiz de Oliveira, Fernanda Lamers Grunitzky e Guniberd Metzler

Membros suplentes: Rafael Lanznaster e Edson Lehmann

Conselho Fiscal

Membros Titulares: Ricardo Bayer Battistotti (Presidente), Sérgio Luiz Muniz, Rodrigo Mucelin e Kleberson Luiz Isensee

Membros Suplentes: Jair dos Anjos Flor, Ricardo José Stringari e Diego Citadini

Comitê de Ética

Membros Titulares: Everton Mendes Schlickman (Presidente), Fernando Durante Ruzza, Renato de Oliveira

Membros Suplentes: Rosângela Terezinha de Lima Pires, Camila Cioban Jorge e Vandoir Specht

Realizações

O que aconteceu na Fusesc em 2021

Fusesc comemorou 43 anos

No dia 04 de abril de 2021 a Fusesc completou 43 anos de conexão com o seu presente e futuro. São mais de quatro décadas de história, entrelaçada com as vidas de Participantes e Assistidos, que confiam na Entidade para cuidar da sua tranquilidade financeira.

Os motivos para comemorar estão nos números e, também, na dedicação diária dos Diretores, Conselheiros e Corpo Técnico, que atuam para contribuir para a qualidade de vida do seu público, que constrói uma renda e desfruta de seu benefício complementar com a ajuda da Fusesc.

Além do empenho para obter o melhor retorno dos investimentos, a Fusesc investe permanentemente no aprimoramento dos processos internos, sistemas, na comunicação e no relacionamento com seu público.

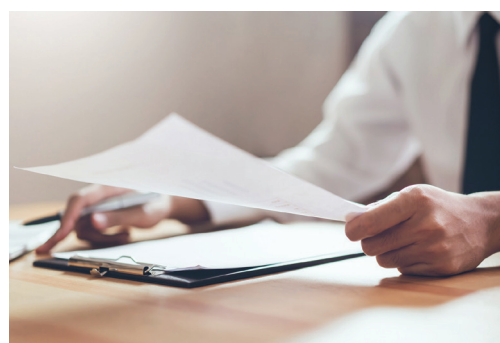


PREVIC aprova alterações no Regulamento do Plano Multifuturo II

A Superintendência Nacional da Previdência Complementar (PREVIC), órgão regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou em 12 de janeiro de 2021 o novo regulamento do Plano Multifuturo II (MFII) – com publicação no Diário Oficial da União. O novo documento entrou em vigor desde 15 de janeiro de 2021.

As principais alterações aprovadas foram:

- a) Ajuste redacional para atualizar o valor da URF para uma data recente (item alterado: 2.27);
- b) Ajuste redacional do caput quanto ao tempo verbal, dado que os itens se referem a eventos passados (itens alterados: 27.6 e 27.7);
- c) Desvinculação da definição de custeio administrativo do Regulamento do Plano, em adequação à prática de mercado e recomendada na legislação (inciso II do artigo 4º da Resolução CGPAR nº 25/2018), eis que o custeio administrativo deve constar tão somente no Plano de Custeio anual;



d) Inclusão da possibilidade de o Participante alterar seu percentual de contribuição também no mês de maio de cada ano para vigorar a partir do mês de julho subsequente, além da possibilidade já existente de alteração no mês de novembro de cada ano para vigência em janeiro subsequente;

e) Modificação do prazo para repasse das contribuições pela Patrocinadora para até o 5º dia útil do mês subsequente ao de competência, em adequação à nova data da folha de pagamento das Patrocinadora em decorrência da implantação do eSocial;

f) Mudança do limite de percentual de benefício concedido na modalidade percentual sobre saldo de conta de no máximo de 1% para os Assistidos com idade até 69 anos e 1,5% para os Assistidos com idade igual ou superior a 70 anos, atendendo a demanda dos Participantes e Assistidos;

g) CAPÍTULO XXVIII: Inclusão da previsão de destinação de reserva especial por meio da melhoria de benefícios, em atendimento ao artigo 24 da Resolução CNPC nº 30/2018.

Casa nova, Fusesc muda de endereço

Em julho de 2021 a sede da Fusesc mudou sua localização para a Avenida Prefeito Osmar Cunha, 251 – 8º andar – Edifício Pérola Negra – Centro – Florianópolis.

Buscando otimizar recursos e manter as atividades em um local adequado às necessidades atuais de espaço, a Entidade, que ficava num prédio pertencente aos planos de benefícios, agora ocupa dois andares num edifício comercial que também é de propriedade dos planos, estando próximo ao endereço anterior.

No sétimo andar estão a Diretoria, Gerências e as áreas operacionais e no oitavo andar estão a recepção, uma sala para reuniões, a área de Comunicação e a Central de Atendimento, que possui um espaço apropriado para atender Participantes e Assistidos com conforto.

“A mudança de sede foi planejada com o objetivo de realizar diversas melhorias: conseguimos manter uma ótima localização e promover a redução de custos com aluguel, IPTU, energia elétrica, água e contratos com prestadores de serviços para manutenção, dentre outros. Assim, os recursos poderão ser investidos em melhorias na prestação de serviços aos Participantes e Assistidos. Desenvolvemos ambientes de trabalho com conceito integrado e colaborativo, para aumentar a sinergia entre as equipes e ampliar a produtividade.” informa Vânio Boing, Diretor Superintendente da Fusesc.



Fusesc investe em gestão documental

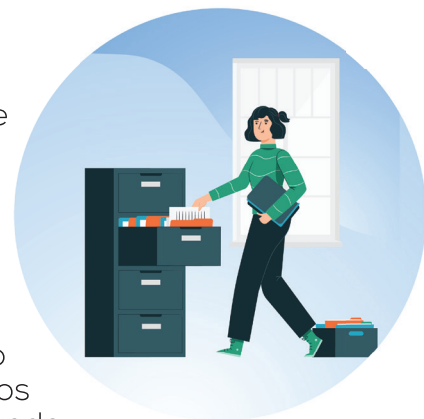
A mudança de sede da Fusesc, além de prever a economia de recursos e a adequação do ambiente de trabalho, também previu um importante investimento, referente a gestão e guarda documental.

Para realizar estes serviços, a Entidade contratou duas empresas especializadas. A primeira para prestar consultoria no mapeamento de acervos arquivísticos, organização, eliminação segura e arquivamento de documentos, garantindo que os arquivos que precisam ser guardados estejam de acordo com a lei, respeitando o tempo de guarda necessário.

E a segunda para realizar a guarda externa dos documentos, numa área exclusiva que atende todos os requisitos de segurança e condições adequadas para preservação, integridade e confidencialidade das informações armazenadas.

A guarda externa traz ainda a vantagem de liberar espaço físico na Entidade, o que permitiu a mudança da Fusesc para um espaço menor e com custo inferior em relação a antiga sede.

Na sede atual, serão mantidos os documentos principais, para fácil acesso no trabalho diário.



LGPD - Ações da Fusesc para garantir a proteção de dados de Participantes e Assistidos

Aprovada em agosto de 2018, a Lei nº 13.709, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro. Ela tem como finalidade regular o tratamento de dados pessoais, nos meios digitais ou físicos, realizado por pessoas naturais ou pessoas jurídicas, de direito público ou privado.

Para se adequar, a Fusesc atualizou processos e adotou uma série de procedimentos para garantir a proteção dos dados pessoais de seus Participantes, Assistidos e Beneficiários. Isto inclui os contratos com prestadores de serviços e a criação de uma equipe multidisciplinar, que mapeou o fluxo de dados da Entidade para adequá-lo à legislação.

Além disso, a Fusesc também criou uma Política de Privacidade de Dados que descreve como a Entidade realiza a coleta, armazenamento e tratamento de dados pessoais e sensíveis, durante e após o relacionamento dos participantes e assistidos com a Fundação. Ela também esclarece quais são as práticas relacionadas à privacidade e proteção de dados, pautadas na ética e na responsabilidade corporativa.

A Fusesc coleta dados do seu público exclusivamente para realizar a gestão dos planos de benefícios. O tratamento dos dados ou informações coletadas são confidenciais e apenas serão utilizados para os fins descritos na Política de Privacidade de Dados, disponível no site www.fusesc.com.br.



Retorno dos atendimentos presenciais

A partir do mês de outubro de 2021 a Fusesc retomou o atendimento presencial, que ocorre exclusivamente nas terças e quintas, das 09 às 12h e das 13 às 16h, na nova sede da Entidade, localizada na Avenida Prefeito Osmar Cunha, 251 – 8º andar – Edifício Pérola Negra – Centro – Florianópolis.

O atendimento por telefone e por e-mail está disponível de segunda à sexta-feira, das 8 às 17h, sem intervalos, por meio do telefone 0800 048 3000 e e-mail central@fusesc.com.br.



Aprovadas Políticas de Investimentos para 2022 a 2026

O Conselho Deliberativo da Fusesc, atendendo a Resolução CMN no 4.661, de 25 de maio de 2018, que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou, em 17 de novembro de 2021, as Políticas de Investimentos dos planos de benefícios da Entidade, que passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.



Com validade para os próximos cinco anos (2022/2026), as Políticas foram desenvolvidas visando a diversificação da carteira de investimentos e contemplam as oportunidades que possam surgir no mercado financeiro, sempre considerando a relação risco x retorno.

A Política de Investimentos é o principal normativo para a alocação dos investimentos dos planos de benefícios. Cada plano tem a sua Política e o desenvolvimento do documento são considerados parâmetros como a modalidade do plano, o perfil da massa de participantes, os fluxos de pagamentos futuros dos benefícios e as opções de investimento disponíveis, considerando suas rentabilidades e riscos.

Assim, os recursos devem ser aplicados conforme as necessidades específicas de cada um dos planos e os investimentos realizados buscam assegurar a solvência, a liquidez e o equilíbrio técnico, respeitando as regras de alocação para cada uma das modalidades de investimento.

As Políticas de Investimentos 2022-2026 estão no site www.fusesc.com.br

Pesquisa apresenta satisfação de Participantes e Assistidos com a Fusesc

Nos meses de novembro e dezembro de 2021, a Fusesc realizou uma pesquisa de satisfação com Participantes e Assistidos. A empresa Lupi & Associados, que possui quase três décadas de atuação neste ramo, aplicou a pesquisa por meio de perguntas feitas por telefone, para 696 pessoas.



O questionário abordou aspectos referentes à comunicação, atendimento, prestação de serviços, gestão da Fusesc, entre outros, com o intuito de avaliar o grau de satisfação e o conhecimento sobre a Entidade, além de obter sugestões de como a prestação de serviços pode ser aperfeiçoada.

Foi utilizada a metodologia Net Promoter Score, ou NPS, criada por Fred Reichheld, nos EUA, com o objetivo de realizar a mensuração do grau de satisfação e fidelidade dos clientes. É muito usada por empresas de todos os tamanhos e de todo o mundo, por ser simples, flexível e confiável.

Os resultados foram muito positivos, mostrando a confiança dos Participantes e Assistidos no trabalho realizado pela Fusesc: 52% afirmaram que recomendariam muito a Entidade para amigos e familiares. Além disso, 82,3% dos Participantes e 64,9% dos Assistidos recomendariam um plano de benefícios administrado pela Fusesc aos seus familiares e amigos, caso a Fusesc lance um plano em que eles possam ser incluídos.

Sobre a comunicação, 92% dos Participantes e 88% dos Assistidos avaliaram os canais de comunicação da Fusesc (Site, Facebook, Instagram, Jornal, E-mail MKT, Newsletter) como ótimo/bom. Em relação ao atendimento, em geral, a satisfação ficou em 96% para Participantes e 92% para Assistidos.

A maioria dos respondentes declarou que se consideram bem informados em relação aos seus planos de benefícios. A satisfação em relação aos planos ficou em 81% para Participantes e 58% para Assistidos. Sobre a gestão da Diretoria, 86% dos Participantes e 79% dos Assistidos a avaliaram como ótima/boa.

“A pesquisa de satisfação é de grande importância para a Fusesc – é uma excelente maneira de ouvir nosso público e saber como a atuação da Entidade está sendo avaliada. Com base nos resultados, podemos planejar ações para continuar proporcionando um serviço de excelência e qualidade aos Participantes e Assistidos. Os bons resultados demonstraram que estamos no caminho certo, atendendo os nossos compromissos, mas temos oportunidades de implementar melhorias.”, explica Vânio Boing, Diretor Superintendente da Fusesc.

Gestão da carteira de imóveis

Com o objetivo de promover o melhor retorno da carteira de imóveis, a Fusesc renova sempre os seus investimentos imobiliários para mantê-los atrativos e rentáveis.

Em 10 de setembro de 2021 foi realizada a venda do Edifício José Pedro Gil, Imóvel (prédio comercial) situado na Rua Dom Jaime Câmara, 259, Bairro Centro, Florianópolis, composto por 05 (cinco) pavimentos de salas e 12 (doze) vagas de garagem distribuídas no térreo e subsolo, com área total de 1.209,97m², devidamente registrados no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis – SC sob as matrículas nº 39.324 a 39.340, pelo valor à vista de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais). A venda havia sido autorizada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme divulgado em 23 de agosto de 2021.



No dia 04 de novembro de 2021, o Conselho Deliberativo aprovou a alienação dos imóveis: Edifício Alpha Centauri (Valor: R\$ 1.348.000,00), Edifício Ildelfonso Linhares (Valor: R\$ 2.585.000,00), Edifício Reflex (Valor: R\$ 7.412.000,00) e Edifício Santos Saraiva (Valor: R\$ 5.207.000,00). As informações completares sobre cada imóvel, orientações para as propostas de aquisição e os formulários estão disponíveis no site www.fusesc.com.br.

A política de desinvestimentos no segmento de imóveis comerciais atende a Resolução CMN 4.661/2018, que impede que as entidades fechadas de previdência complementar, como a Fusesc, comprem imóveis, e estabelece um prazo de 12 anos (até 2030) para que as Entidades vendam seus ativos imobiliários ou os reúnam em um fundo imobiliário (FII). A Resolução também ampliou o limite de investimento para o segmento imobiliário de 8% para 20% dos recursos garantidores de cada plano de benefícios das entidades.

O objetivo desta Resolução é de que as entidades mantenham a especialização em pagamento de benefícios, e não na gestão de imóveis. Além disso, com o fim da compra direta de imóveis, é possível ter mais ganhos de liquidez e eficiência para os planos, pois utilizando um fundo especializado neste tipo de investimento, os riscos diminuem.

Destinação do Superávit do Plano Multifuturo II

Em razão da boa gestão dos investimentos da Fusesc, associados aos ganhos atuariais, o Plano Multifuturo II acumulou resultado superavitário a destinar em duas ocasiões nos últimos anos, 2015 e 2018.

Por isso, desde dezembro de 2021 está sendo feita uma destinação dos montantes acumulados, na qual terão direito os Participantes, Autopatrocinados e BPDs que optaram pelo risco e Assistidos em renda vitalícia, vinculados ao plano Multifuturo II em 31/12/2015 e/ou em 31/12/2018 e que se mantiverem vinculados.



Foram realizados estudos atuariais que contemplam o que está previsto na legislação, tratados no âmbito da Diretoria e Conselho Deliberativo da Fusesc e aprovados pelas Patrocinadoras. Também foi necessário promover uma alteração regulamentar para incluir essa previsão de destinação, aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) – órgão regulador e fiscalizador do segmento de previdência complementar fechada no Brasil.

No site da Fusesc estão as principais perguntas e respostas sobre o assunto, acesse em www.fusesc.com.br.

Em 3 anos, Fusesc reduz custos administrativos em 17%

Alinhada ao planejamento estratégico 2021/2030, revisado em fevereiro de 2021, a Fusesc focou em otimizar as despesas administrativas e os processos, através de soluções digitais. Por isso, diversas decisões foram tomadas para reduzir a despesa administrativa e aumentar a eficiência operacional.



A mudança de sede, repactuação ou cancelamento de contratos de serviços com terceiros e o estabelecimento do sistema híbrido de trabalho entre o presencial e o remoto, foram as principais ações para reduzir a despesa administrativa. O sistema híbrido, traz economia de energia, água e vale-transporte; além de trazer praticidade, flexibilidade, aumento de produtividade.

No caso da eficiência operacional, a Entidade estabeleceu uma reestruturação funcional com a substituição do antigo Sistema de Carreira e Remuneração pela Política de Gestão de Pessoas, mais moderna, eficaz e alinhada aos objetivos institucionais da Fusesc. Também foram realizados investimentos em tecnologia, com implementação de novo software de governança corporativa, além do remanejamento de uma vaga funcional de área operacional padrão para a área de Tecnologia da Informação.

Todas estas medidas trouxeram uma redução de 2 milhões nas despesas administrativas, nos últimos três anos (2019 a 2021), o que representa uma queda de 17%.

Fusesc tem novo Gerente de Seguridade

A Fusesc tem um novo Gerente de Seguridade, Thomas Nunes de Lima, que assumiu o cargo em dezembro, com a aposentadoria de José Luiz Dias.

Trabalhando na Entidade desde 2016, na área atuarial e de seguridade, Thomas Lima é atuário e está no setor de previdência complementar desde 2011. É formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, pós-graduado em Gestão da Previdência pela Faculdade CESUSC, membro do Instituto Brasileiro de Atuaria – IBA e da Comissão Técnica de Seguridade e Atuária da ASCPrev – Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar. Também possui certificação internacional EXIN como DPO (Data Protection Officer) referente à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.



Comunicação e Relacionamento

A Fusesc disponibiliza diversos canais para que Participantes e Assistidos possam obter informações atualizadas a respeito da gestão dos planos de benefícios, esclarecer dúvidas a respeito da concessão de aposentadoria, simular e contratar empréstimos, dentre outras. Confira:

Site - www.fusesc.com.br - O site disponibiliza o Espaço Transparência, que facilita o rápido acesso ao Estatuto, Regulamentos dos Planos, Manual do Participante, Demonstrativos Atuariais, Relatórios Anuais, Código de Conduta e Ética, Legislação, Prestação de Contas, entre outras informações. Lá também ficam disponíveis, os jornais Notícias da Fusesc, lâminas de rentabilidade e de seguridade, notícias, entre outras informações.

Na área de Autoatendimento, é possível visualizar o contracheque, extrato do saldo de conta, realizar atualizações cadastrais, fazer a simulação e contratação de empréstimos.

Em 2021, foram registrados 56.849 acessos nesta área.

E-mail - central@Fusesc.com.br - Basta mandar uma mensagem para o endereço de e-mail, os atendentes irão responder com a maior brevidade possível.

Central de Atendimento - Atendimento telefônico e presencial - No horário de atendimento das 8h00 às 17h00 horas, sem intervalo de almoço, os atendentes da Central estão disponíveis no telefone 0800 048 3000 (ligação gratuita) ou para atendimento presencial na nova sede da Entidade, localizada na Avenida Prefeito Osmar Cunha, 251 - 8º andar - Edifício Pérola Negra - Centro - Florianópolis, nas terças e quintas, das 09 às 12h e das 13 às 16h.

Em 2021, foram realizados 9.148 atendimentos por telefone, e-mail e presenciais.

Jornal Notícias da Fusesc - No jornal trimestral, são publicadas notícias para acompanhamento das informações dos planos, gestão, segmento financeiro e previdenciário, entre outras.

Newsletter - Enviado por e-mail e com periodicidade quinzenal, é um canal de informações ágil.

Redes Sociais:



/Fusesc



@fusescprevidencia



Fusesc Fundação Codesc de Seguridade Social



/Fusesc



Ações do Programa A Escolha Certa

Desenvolvido pela Fusesc e demais entidades que fazem parte da Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar (ASCPPrev), o Programa de Educação Financeira e Previdenciária A Escolha Certa difunde os conceitos da previdência complementar e da educação e conscientização financeira.

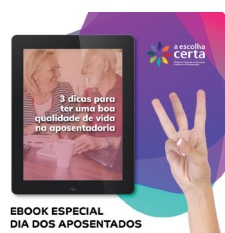


Portal: www.aescolhacerta.com.br

Facebook: [Facebook.com/programaaescolhacerta](https://www.facebook.com/programaaescolhacerta)

Instagram: [@programaaescolhacerta](https://www.instagram.com/programaaescolhacerta)

Ações do Programa em 2021:



Ebook Dia dos Aposentados

Em comemoração ao Dia Nacional do Aposentado, celebrado em 24 de janeiro, o programa A Escolha Certa lançou um e-book com 3 dicas para ter uma boa qualidade de vida na aposentadoria.



#finançasnolimite

A campanha #finançasnolimite apresentou uma série de conteúdos no site e redes sociais do programa A Escolha Certa com os temas: Cheque especial ou crédito rotativo, Consumo excessivo, Falta de reserva de emergência e Falta de planejamento financeiro.



Game online Trilha Certa

Nada melhor que se divertir, aprender e ainda poder ganhar super prêmios. O programa reuniu tudo isso no game Trilha Certa, desenvolvido para ensinar sobre educação financeira e previdenciária com vídeos, quiz e prêmios para os participantes que terminaram o jogo com maior pontuação após a participação na atividade.

Resultados Consolidados

Fusesc em números

Nosso público



7.104

pessoas usufruem da prestação de serviços da Fusesc



R\$ 2.657 bilhões
em patrimônio



Em 2021



R\$ 171.267.885,73

benefícios pagos aos Assistidos e Pensionistas



R\$ 38.064.344,78
contribuições recebidas



Gestão de Seguridade

Plano Multifuturo II

A Seguridade é responsável pelas etapas de vinculação do Participante com o plano de benefícios, desde sua adesão até o encerramento do benefício de previdência complementar. A arrecadação, concessão, manutenção dos benefícios, atualização e manutenção dos dados cadastrais, a gestão das premissas atuariais, fazem parte desta gestão.

Plano Multifuturo II

Patrocinadoras - O Estado de Santa Catarina (na qualidade de sucessor da Codesc), Badesco, Bescor, Fusesco e SIM - Caixa de Assistência à Saúde.

Benefícios - A Fusesco pagou R\$ 18.708.692,24 em benefícios aos seus Assistidos e Pensionistas do Plano Multifuturo II em 2021. É a Fundação cumprindo a sua principal função que é prover a complementação de aposentadoria a quem se planejou para usufruir desse benefício.

Contribuições - Foram R\$ 4.375.823,82 em contribuições recebidas dos Participantes e Patrocinadoras.

Participantes e Assistidos - Ao final de dezembro de 2021 o Plano Multifuturo II tinha o total de 441 Participantes, entre Assistidos, pensionistas e ativos.



Gestão de Investimentos

Plano Multifuturo II

Em ano desafiador, a Fusesc mantém resultados expressivos

Em 2021, os investimentos foram fortemente afetados pela pandemia e pelo cenário econômico e político do país. Apesar dos impactos, a Fusesc conseguiu rentabilizar seus investimentos de maneira prudente e segura, obtendo resultados acumulados no exercício bastante positivos – o Plano Multifuturo II fechou com retorno de 9,48%.

Os resultados são considerados expressivos, ocorridos num período em que o cenário de inflação alta encerrou o ano em 10,26%, medido pelo IPCA, tendo sido um percentual muito acima da meta de 3,75% definida pelo Conselho Monetário Nacional para o ano de 2021. Isso criou diversas dificuldades para os investimentos e afetou negativamente o retorno de muitas Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Uma inflação nesses patamares impossibilita que as aplicações financeiras no segmento de renda fixa tenham rentabilidades mais significativas e ganhos de juros reais capazes de superar a meta atuarial dos planos de benefícios administrados pela EFPCs.

Procurando proteger os recursos dos planos de benefícios de quaisquer impactos, a Fusesc realiza seus investimentos com foco no longo prazo para o pagamento de benefícios, adotando uma política cautelosa em suas diretrizes, com aplicações em ativos de baixo risco e que apresentam boas oportunidades de rendimentos, mais seguros diante de um cenário de alta dos juros e inflação alta. Além disso, sempre que possível, a Entidade aproveita as oportunidades no segmento de renda variável realizando alocações em fundos e/ou ações que apresentam características defensivas nos momentos de crise.

Mantendo essa postura mais cuidadosa, a Fusesc aprovou no último mês de novembro/21 a Política de Investimentos dos planos de benefícios para vigorar no período de 2022 a 2026, e nelas estão descritas as diretrizes de aplicação de recursos e os riscos de mercado que a Entidade deseja correr com vistas a superar as metas atuariais dos planos e o alcance de retornos compatíveis com o cenário brasileiro.

Plano Multifuturo II tem rentabilidade de 9,48% em 2021

Para buscar e manter bons resultados, a Fusesc trabalha com uma política de investimentos conservadora, que prioriza mais segurança e menos riscos. O Plano Multifuturo II tem um montante de R\$ 322 milhões, com 79,84% dos investimentos em Renda Fixa, 4,84% em Imóveis, 8,43% em Investimentos Estruturados, 2,51% em Empréstimos e 4,38% em Renda Variável – dados de dezembro/2021.

Com esta distribuição, mesmo com as incertezas nos campos político e econômico o Plano Multifuturo II alcançou uma rentabilidade de 9,48% em 2021.



Patrimônio – O Plano Multifuturo II encerrou o ano de 2021 com R\$ 336 milhões de recursos investidos, sendo R\$ 10 milhões de superávit.

1. Demonstrações Contábeis

1.1. Balanço Patrimonial Consolidado

(Em milhares de reais)

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL					
Sigla: FUSESC			C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32		
ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
DISPONÍVEL	565	1.002	EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.835	3.622
REALIZÁVEL	2.656.326	2.538.711	Gestão Previdencial	2.668	2.513
Gestão Previdencial	14.397	17.096	Gestão Administrativa	1.103	1.087
Gestão Administrativa	429	271	Investimentos	64	22
Investimentos	2.641.500	2.521.344	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	34.179	37.152
Titulos Públicos	1.589.555	1.332.877	Gestão Previdencial	34.039	37.012
Ativo Financeiro de Crédito Privado	10.110	10.110	Gestão Administrativa	140	140
Fundos de Investimentos	809.249	946.818	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.619.607	2.499.188
Investimentos em Imóveis	160.954	159.959	Patrimônio de Cobertura do Plano	2.452.493	2.342.348
Operações com Participantes	71.632	71.580	Provisões Matemáticas	2.316.999	2.212.314
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	730	249	Benefícios Concedidos	1.610.632	1.544.497
Imobilizado	334	249	Benefícios a Conceder	706.367	667.817
Intangível	396	-	Equilíbrio Técnico	135.494	130.034
			Resultados Realizados	135.494	130.034
			Superávit Técnico Acumulado	135.494	130.034
			Fundos	167.114	156.840
			Fundos Previdenciais	40.303	37.503
			Fundos Administrativos	123.305	116.298
			Fundos para Garantia das Operações com Participantes	3.506	3.039
TOTAL DO ATIVO	2.657.621	2.539.962	TOTAL DO PASSIVO	2.657.621	2.539.962

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Carlos Eduardo Pitz
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF Nº 005.650.579-52

Vandoir Specht
Contador CRC/SC nº 028.290/O-0
CPF Nº 018.210.929-10

1.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada)

(Em milhares de reais)

Entidade: FUNDA�O CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL			
Sigla: FUSESC		C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
DESCRI�O	2021	2020 Reclassificado (Nota 2)	VARIA�O (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.499.188	2.388.845	4,62
1. Adições	301.757	282.675	6,75
Contribuições Previdenciais	35.131	34.639	1,42
Portabilidade	35	-	100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	249.028	228.010	9,22
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	19	52	(63,46)
Receitas Administrativas	7.459	10.278	(27,43)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	9.618	9.424	2,06
Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	467	272	71,69
2. Deduções	(181.338)	(172.332)	5,23
Benefícios	(162.063)	(158.823)	2,04
Resgates	(3.307)	(3.076)	7,51
Portabilidades	(5.075)	(838)	505,61
Desoneração de Contribuições de Patrocinador(es)	(267)	-	100,00
Outras Destinações	(556)	-	100,00
Despesas Administrativas	(10.070)	(9.595)	4,95
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	120.419	110.343	9,13
Provis��es Matemáticas	104.686	85.825	21,98
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	5.460	19.328	(71,75)
Fundos Previdenciais	2.799	(5.189)	153,94
Fundos Administrativos	7.007	10.107	(30,67)
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	467	272	71,69
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)	2.619.607	2.499.188	4,82

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF N  433.085.709-04

Carlos Eduardo Pitz
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF N  005.650.579-52

Vandoir Specht
Contador CRC/SC n  028.290/O-0
CPF N  018.210.929-10

1.3. Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano de Benefícios Multifuturo II

(Em milhares de reais)

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL			
Sigla: FUSESC		C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
DESCRIÇÃO	2021	2020	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	335.871	321.195	4,57
Disponível	120	133	(9,77)
Recebíveis Previdencial	13.300	13.048	1,93
Investimentos	322.451	308.014	4,69
Títulos Públicos	181.197	136.509	32,74
Ativo Financeiros de Crédito Privados	926	926	-
Fundos de Investimentos	117.176	147.109	(20,35)
Investimentos em Imóveis	15.067	14.974	0,62
Operações com Participantes	8.085	8.496	(4,84)
2. Obrigações	983	1.029	(4,47)
Operacional	402	423	(4,96)
Contingencial	581	606	(4,13)
3. Fundos não Previdenciais	13.166	12.397	6,20
Fundos Administrativos	12.885	12.153	6,02
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	281	244	15,16
5. Ativo Líquido (1-2-3)	321.722	307.769	4,53
Provisões Matemáticas	283.210	272.668	3,87
Superávit/Déficit Técnico	9.625	7.964	20,86
Fundos Previdenciais	28.887	27.137	6,45
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	9.625	7.964	20,86
b) (+/-) Ajuste de Precificação	248	2.563	(90,32)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado =(a+b)	9.873	10.527	(6,21)

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Carlos Eduardo Pitz
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF Nº 005.650.579-52

Vandoir Specht
Contador CRC/SC nº 028.290/O-0
CPF Nº 018.210.929-10

1.4. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL

Plano de Benefícios Multifuturo II

(Em milhares de reais)

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL			
Sigla: FUSESC		C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
DESCRIÇÃO	2021	2020 Reclassificado (Nota 2)	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	307.769	293.807	4,75
1. Adi��es	33.030	32.609	1,29
Contribui��es	4.376	4.560	(4,04)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.653	28.049	2,15
Reversão Líquida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	1	-	100,00
2. Dedu��es	(19.077)	(18.647)	2,31
Benefícios	(17.882)	(17.795)	0,49
Resgates	(4)	(340)	(98,82)
Portabilidades	-	(17)	100,00
Desonera��o de Contribui��es de Patrocinador(es)	(267)	-	100,00
Outras Destinações	(556)	-	100,00
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(113)	100,00
Custeio Administrativo	(368)	(382)	(3,66)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	13.953	13.962	(0,06)
Provisão Matemáticas	10.542	10.724	(1,70)
Fundos Previdenciais	1.750	1.178	48,56
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.661	2.060	(19,37)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	321.722	307.769	4,53
C) Fundos não previdenciais	13.166	12.397	6,20
Fundos Administrativos	12.885	12.153	6,02
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	281	244	15,16

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF N  433.085.709-04

Carlos Eduardo Pitz
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF N  005.650.579-52

Vandoir Specht
Contador CRC/SC n  028.290/O-0
CPF N  018.210.929-10

1.5. Demonstração das Provisões Técnicas do do Plano de Benefícios - DPT Plano de Benefícios Multifuturo II

(Em milhares de reais)

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL
Sigla: FUSESC
C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32

DESCRIÇÃO	2021	2020	VARIAÇÃO %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	322.986	309.042	4,51
1. Provisões Matemáticas	283.210	272.668	3,87
1.1. Benefícios Concedidos	181.870	181.009	0,48
Contribuição Definida	170.599	170.578	0,01
Benefício Definido	11.271	10.431	8,05
1.2. Benefício a Conceder	101.340	91.659	10,56
Contribuição Definida	87.340	77.433	12,79
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	38.397	34.157	12,41
Saldo de contas - parcela participantes	48.943	43.276	13,10
Benefício Definido	14.000	14.226	(1,59)
2. Equilíbrio Técnico	9.625	7.964	20,86
2.1. Resultados Realizados	9.625	7.964	20,86
Superávit técnico acumulado	9.625	7.964	20,86
Reserva de contingência	6.318	6.164	2,50
Reserva para revisão de plano	3.307	1.800	83,72
3. Fundos	29.168	27.381	6,53
3.1. Fundos Previdenciais	28.887	27.137	6,45
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes -Gestão Previdencial	281	244	15,16
4. Exigível Operacional	402	423	(4,96)
4.1. Gestão Previdencial	391	416	(6,01)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	11	7	57,14
5. Exigível Contingencial	581	606	(4,13)
5.1. Gestão Previdencial	581	606	(4,13)

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF N° 433.085.709-04

Carlos Eduardo Pitz
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF N° 005.650.579-52

Vandoir Specht
Contador CRC/SC n° 028.290/O-0
CPF N° 018.210.929-10

1.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada)

(Em milhares de reais)

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL			
Sigla: FUSESC		C.N.P.J.: 83.564.443/0001-32	
DESCRIÇÃO	2021	2020 Reclassificado (Nota 2)	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	116.298	106.192	9,52
1. Custeio da Gestão Administrativa	17.077	19.701	(13,32)
1.1. Receitas	17.077	19.701	(13,32)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.899	2.854	1,58
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.972	1.953	103,38
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	389	408	(4,66)
Receitas Diretas	199	5.062	(96,07)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	9.618	9.424	2,06
2. Despesas Administrativas	(10.070)	(9.595)	4,95
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(10.070)	(9.595)	4,95
Pessoal e encargos	(6.416)	(5.883)	9,06
Treinamentos/Congressos e Seminários	(33)	(35)	(5,71)
Viagens e Estadias	(1)	(10)	(90,00)
Serviços de Terceiros	(2.265)	(2.121)	6,79
Despesas Gerais	(1.043)	(1.249)	(16,49)
Depreciações e Amortizações	(95)	(92)	3,26
Tributos	(212)	(204)	3,92
Outras Despesas	(5)	(1)	400,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	7.007	10.106	(30,66)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	7.007	10.106	(30,66)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	123.305	116.298	6,03

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Carlos Eduardo Pitz
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF Nº 005.650.579-52

Vandoir Specht
Contador CRC/SC nº 028.290/O-0
CPF Nº 018.210.929-10

1.7. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores em R\$ mil)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação em 31 de outubro de 1977, tendo por finalidade institucional a administração de planos de benefícios previdenciários, por meio de contribuição mensal das Patrocinadoras e de seus Participantes e Assistidos na forma dos Regulamentos dos Planos de Benefícios que administra.

O Estatuto, o Plano de Benefícios original e o funcionamento desta Entidade foram aprovados pela Portaria nº 1.834, de 27 de setembro de 1979 do Ministro de Previdência e Assistência Social – MPAS. Em 03 de setembro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, atualmente, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou as alterações do Estatuto, conforme Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 1.526, publicada no Diário Oficial da União em 05 de setembro de 2007, e a vigente através da Portaria nº 684, de 13 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 17 de julho de 2018. Esta Entidade é regulada pelas disposições contidas nas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001 e patrocinada pelas seguintes empresas:

- Banco do Brasil S.A. (Incorporador do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC);
- Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC;
- Estado de Santa Catarina (Sucessor da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC);
- BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens – BESCOR;
- SIM Caixa de Assistência à Saúde;
- Fundação Codesc de Seguridade Social – FUSESC.

PLANOS DE BENEFÍCIOS:

A Entidade administra os seguintes Planos de Benefícios:

Plano de Benefícios	CNPB Nº	Modalidade de Benefícios	Patrocínio
BENEFÍCIOS I	1979002665	CV	BANCO DO BRASIL, BADESC, ESTADO DE SANTA CATARINA, BESCOR E FUSESC
MULTIFUTURO I	2002000638	CV	BANCO DO BRASIL
MULTIFUTURO II	2002004692	CV	BADESC, ESTADO DE SANTA CATARINA, BESCOR, SIM E FUSESC

• PLANO DE BENEFÍCIOS I

O Plano de Benefícios I, anteriormente denominado Plano de Benefícios Fusesc, existente desde o início da Entidade, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Existem neste plano os benefícios suplementares de auxílio-doença, auxílio-reclusão, aposentadorias e pensão por morte, além de pecúlio por morte, na forma prevista na norma regulamentar.

Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a avaliação atuarial, existiam 4 Participantes, com idade média de 60 anos, 1.334 Assistidos, dos quais 850 em gozo de benefício de aposentadoria, com uma idade média de 74 anos, 475 usufruindo de benefício de pensão por morte, com idade média de 69 anos, e 9 Dependentes aguardando pensão a conceder.

Não é permitido o ingresso de novos Participantes no Plano de Benefícios I por ser caracterizado como plano em extinção desde 1º de janeiro de 2003.

• PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO I

O Plano de Benefícios Multifuturo I, estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, pelo Ofício nº 646/SPC/GAB/COA, de 18 de abril de 2002, estando vigente a redação aprovada pela Portaria PREVIC nº 1.068, de 12.11.2018. O referido plano é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. (Incorporadora do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC) e foi instituído em junho de 2002.

Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a avaliação atuarial, existiam 2.025 Participantes, com idade média de 45 anos, dos quais 1.846 Ativos, 130 em Autopatrocínio, 5 em Auxílio-Doença, 0 aguardando aposentadoria, 3 aguardando Resgate e 4 falecidos com beneficiários aguardando pensão, 10 aguardando opção instituto, e 27 Participantes aguardando o BPD, com idade média de 51 anos. Existiam também 3.335 Assistidos, sendo 3.136 em gozo de benefício de aposentadoria, com uma idade média de 65 anos, 189 usufruindo pensão por morte, com idade média de 53 anos, e 10 Dependentes aguardando pensão a conceder.

• PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO II

O Plano de Benefícios Multifuturo II, também estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pelo Ofício nº 2.183/SPC/COA, de 20 de dezembro de 2002 e foi instituído em janeiro de 2003, estando vigente a redação aprovada pela Portaria PREVIC nº 26, de 12.01.2021 (D.O.U. de 15.01.2021). O plano está sendo patrocinado pelas empresas BADESC, BESCOR, CODESC, SIM e pela própria FUSESC. As patrocinadoras CODESC e BESCOR estão em processo de liquidação extrajudicial.

Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a avaliação atuarial, existiam 163 Participantes, dos quais 159 com idade média de 49 anos, sendo 145 Ativos e 14 em Autopatrocínio, e 4 aguardando o BPD, com idade média de 60 anos. Existiam também 278 Assistidos, sendo 264 em gozo de benefício de aposentadoria, com idade média de 65 anos, e 14 usufruindo pensão por morte, com idade média de 65 anos

Além dos Planos de Benefícios esta Entidade administra o Plano de Gestão Administrativa – PGA, conforme disposto nas Resoluções CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução PREVIC nº 44 de 23 de novembro de 2021, que tem como finalidade o registro das atividades da gestão administrativa, em conformidade com o seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo por intermédio da Ata nº 204, de 25 de novembro de 2009.

A escrituração contábil desta Entidade é efetuada de forma a segregar os direitos e obrigações de cada Plano de Benefícios, conforme previsto na legislação vigente.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021 (que revogou a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018), Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021 (que alterou a Instrução PREVIC nº 31 de 20 de agosto de 2020), Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a ITG 2001 (NBC TE 11), e as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as Gestões Previdencial, Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (NBC T 19.27).

Atendendo as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS Consolidada, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

Conforme previsto pelos órgãos normativos, além das características já descritas, os registros contábeis são segregados em duas gestões distintas: a Previdencial e a Administrativa, e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade de suas transações.

Reclassificação das Demonstrações Contábeis de 2020

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e demonstrações financeiras das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações financeiras de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: “Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas”.

Os ajustes realizados para atendimento aos preceitos legais estão descritos a seguir.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada

Adições: abertura dos valores de Contribuições em dois grupos: Contribuições Previdenciais no valor de R\$ 34.639 mil e portabilidades no valor de R\$ 0 mil. Como a reclassificação ocorreu dentro do mesmo grupo, o valor das adições não foi alterado.

Deduções: abertura dos valores de Benefícios em três grupos: Benefícios no valor de R\$ 158.823 mil, Resgates no valor de R\$ 3.076 mil e Portabilidades no valor de R\$ 838 mil. Como a reclassificação ocorreu dentro do mesmo grupo, o valor das deduções não foi alterado.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Benefícios I

Deduções: abertura dos valores de Benefícios em dois grupos: Benefícios no valor de R\$ 58.382 mil e Resgates no valor de R\$ 627 mil. Como a reclassificação ocorreu dentro do mesmo grupo, o valor das destinações não foi alterado.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Multifuturo I

Adições: abertura dos valores de Contribuições em dois grupos: Contribuições Previdenciais no valor de R\$ 29.417 mil e portabilidade no valor de R\$ 0 mil. Como a reclassificação ocorreu dentro do mesmo grupo, o valor das adições não foi alterado.

Deduções: abertura dos valores de Benefícios em três grupos: Benefícios no valor de R\$ 82.647 mil, Resgates no valor de R\$ 2.109 mil e Portabilidades no valor de R\$ 821 mil. Como a reclassificação ocorreu dentro do mesmo grupo, o valor das destinações não foi alterado.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Multifuturo II

Deduções: abertura dos valores de Benefícios em quatro grupos: Benefícios no valor de R\$ 17.795 mil, Resgates no valor de R\$ 340 mil, Portabilidades no valor de R\$ 17 mil, Desoneração de Contribuições de Patrocinador (es) no valor de R\$ 0 mil e Outras Destinações no valor de R\$ 0 mil. Como a reclassificação ocorreu dentro do mesmo grupo, o valor das destinações não foi alterado.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

No exercício social os valores das despesas administrativas eram apresentadas de forma segregada entre administração previdencial e administração dos investimentos. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais nem do Saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As principais práticas e critérios contábeis adotados para elaboração das presentes demonstrações contábeis foram as descritas a seguir:

a) Registros das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas /Variações Positivas e Deduções/Variações negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto as adições de contribuições dos Participantes autopatrocinados vinculados ao plano de contribuição variável, que são escrituradas pelo regime de caixa.

b) Provisões Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos Participantes e Assistidos.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos Escritórios de Advocacia e pelo Assessor Jurídico da Entidade que patrocinam a defesa nas demandas judiciais.

d) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto da Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro 2021, e demais alterações.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foram adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

I - Provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;

II - Provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;

III - Provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;

IV - Provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;

V - Provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;

VI - Provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e

VII - Provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

A Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa é contabilizada em conta redutora de cada grupo de contas do ativo, quando aplicável, em contrapartida das contas de variações patrimoniais ou resultados.

e) Ativo Realizável

Gestão Previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pelas Patrocinadoras e pelos Participantes e Assistidos.

Gestão Administrativa

Registra os valores a receber vinculados às operações administrativas.

Investimentos

- **Renda Fixa**

Os títulos de Renda Fixa estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data do balanço, líquidos da respectiva provisão, quando aplicável, para redução ao seu valor de realização.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculada à modalidade de aplicação.

Títulos e Valores Mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e são classificados nas seguintes categorias:

Títulos para Negociação: refere-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição;

Títulos Mantidos até o Vencimento: são classificados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da EFPC (deve ser caracterizada pela capacidade de atendimento das necessidades de liquidez, em função dos direitos dos participantes, das obrigações da entidade e do perfil do exigível atuarial de seus planos de benefícios, e evidenciada pelo demonstrativo atuarial – DA) de mantê-los em carteira até o vencimento, que sejam considerados, pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

Com a publicação da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 (revogou a Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020), a aquisição de títulos mantidos até o vencimento só poderá ser realizada para planos de benefícios na modalidade de benefício definido, e apenas para títulos cujo prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos, desde que haja capacidade financeira e intenção em mantê-los na carteira até o vencimento.

A entidade pode manter registrados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” os títulos e valores mobiliários da carteira própria, da carteira administrada ou dos fundos de investimentos exclusivos assim classificados antes da entrada em vigor da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias acima passaram a ser avaliados, respectivamente, pelo valor de mercado e pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

- **Renda Variável**

As aplicações no Mercado de Renda Variável são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

As ações que não tenham sido negociadas em Bolsa de Valores por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial da ação, deduzidas as provisões para perdas, quando aplicável.

Os valores aplicados em Fundos de Investimentos de Renda Variável estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido da valorização da quota até o final do exercício.

- **Investimentos Imobiliários**

Registra os valores aplicados no mercado imobiliário (de uso próprio e aqueles destinados à locação ou participação), bem como os aluguéis ou direitos a receber, inclusive aqueles decorrentes de alienações. Os investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição ajustados por reavaliações periódicas efetuadas de acordo com os laudos de avaliação de peritos especializados.

- **Empréstimos e Financiamentos**

Os Empréstimos e Financiamentos representam os empréstimos concedidos a Participantes e Assistidos, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados, líquidos das devidas provisões para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos.

f) Ativo Permanente

- **Imobilizado**

Representa os bens móveis necessários ao funcionamento da Entidade e estão registrados ao custo de aquisição e depreciados pelo método linear, considerando a aplicação das seguintes taxas:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Computadores e periféricos	20% a.a.
Instalações	10% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Equipamentos de Informática	20% a.a.
Softwares	20% a.a.
Ventiladores – Refrigeradores de AR	25% a.a.

- **Intangível**

Representa os gastos instalações em imóveis de terceiros e estão registrados ao custo das instalações, amortizados pelo método linear, considerando a aplicação da taxa de 12,5% ao ano.

g) Provisão de Férias, 13º Salário e respectivos encargos

São provisionadas no Plano de Gestão Administrativa, segundo o regime de competência, as férias vencidas e proporcionais, o adicional de um terço de férias e o 13º salário acrescidos dos seus respectivos encargos sociais.

h) Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais promovidas em face da Entidade. É constituída e atualizada por intermédio de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos e normatizada pelos Órgãos Estatutários da Entidade, aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Ata CODEL nº 252, de 27/09/2012, além de adotar os seguintes critérios: efetivar o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e existindo depósito judicial, conforme previsto na Instrução PREVIC nº 31, de 08 de 20 de agosto de 2021, estão sendo registrados em contas do ativo dentro dos seus respectivos grupos: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos, sendo estes atualizados por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo Poder Judiciário em favor da entidade em contrapartida a conta de resultado.

i) Receitas Administrativas

De acordo a legislação vigente, Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, as receitas administrativas são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente, que, conforme previsto atuarialmente, para os exercícios de 2021 e 2020 está assim representado:

- Plano de Benefício I: percentual de 5% sobre as receitas de contribuições mensais para os Assistidos na modalidade de benefício definido e de 1% para os Assistidos que optaram para a modalidade de renda variável, sobre o valor do benefício.
- Plano de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II: percentual de 0,33%, por parte da Patrocinadora e igualmente para os Participantes, sobre o salário de contribuição, enquanto para os Assistidos o custeio administrativo é de 1% sobre o valor do benefício.

j) Operações Administrativas

Atendendo a legislação vigente, Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA é constituído pelas receitas Previdenciais, de Investimentos e Diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza o seguinte critério:

- Receitas: Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas Específicas: Alocadas diretamente ao plano que as originou;
- Despesas Comuns: Utilização de critério de rateio de equivalência patrimonial pelo Fundo Administrativo de cada plano levando-se em consideração o saldo contábil do final do exercício anterior.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

k) Ajustes e eliminações à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes

De acordo com a Instrução PREVIC nº 31/2020 alterada pela Instrução PREVIC nº 44/2021, foram realizados no balancete consolidador os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis, conforme detalhamento na NOTA 10 – Ajustes e Eliminações de Consolidações.

l) Detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação “Outros”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas

De acordo com a Instrução PREVIC nº 31/2020 alterada pela Instrução PREVIC nº 44/2021, os saldos das contas que representam acima de 10% dos seus respectivos grupos, apesar de não estarem demonstrados nas demonstrações contábeis cabe um detalhamento por Plano de Benefícios, como segue: Plano de Benefícios I a) conta 2010199 Outras Exigibilidades da Gestão Previdencial corresponde ao saldo da conta no valor de R\$ 108 mil (21,26%¹) em 2020 refere-se a credores diversos no valor de R\$ 10 mil em 2020, custeio administrativo no valor de R\$ 98 mil em 2020; b) conta 3119 Outros Recursos Correntes no valor de R\$ 1.003 mil (28,51%¹) em 2020, refere-se a contribuições para o plano de ações judiciais demandadas junto a Patrocinadora com reflexo no plano de benefícios; Plano Multifuturo I a) conta 2010199 Outras Exigibilidades da Gestão Previdencial corresponde ao saldo da conta no valor de R\$ 295 mil (16,42%¹), (R\$ 462 mil (23,22%¹) em 2020), refere-se a credores diversos no valor de R\$ 236 mil (R\$ 234 mil em 2020), e custeio administrativo no valor de R\$ 228 mil em 2020, e outros no valor de R\$ 59 mil, alocação entre planos compensado no início do mês seguinte no valor de R\$ 37 mil e crédito a devolver para participante de ação trabalhista no valor de R\$ 22 mil; Plano Multifuturo II a) conta 2010199 Outras Exigibilidades da Gestão Previdencial corresponde ao saldo da conta no valor de R\$ 59 mil (14,77%¹) refere-se a credores diversos no valor de R\$ 59 mil, e o valor de R\$ 60 mil em 2020 (14,41%¹), refere-se ao custeio administrativo, e Plano de Gestão Administrativa – PGA a) conta 1020201099 Outros Recursos a Receber da Gestão Administrativa no valor de R\$ 363 mil (94,19%¹) em 2020 refere-se ao custeio administrativo.

¹ percentual do total do grupo de contas vinculado

NOTA 04 – ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Composição Consolidada da Carteira de Investimentos da Entidade estava assim representada:

DESCRIÇÃO	2021	2020
TÍTULOS PÚBLICOS	1.589.555	1.332.877
Títulos Públicos Federal	1.589.555	1.332.877
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	10.110	10.110
Companhias Abertas	10.110	10.110
FUNDO DE INVESTIMENTO	809.249	946.818
Renda Fixa	-	-
Ações	123.032	224.743
Multimercado	670.803	689.544
Direitos Creditórios	-	3.423
Participações	9.807	13.241
Imobiliário	5.607	15.867
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	160.954	159.959
Edificações	108.052	126.422
Direitos em Aliações de Investimentos Imobiliários	52.902	33.537
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	71.632	71.580
Empréstimos	71.632	71.580
TOTAL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2.641.500	2.521.344

A Entidade administra seus Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA de forma individualizada (segregação real), sendo que para os Investimentos Imobiliários utiliza critério de distribuição percentual, por Plano de Benefícios, na proporção dos seus patrimônios, data base 31 de dezembro de 2008.

O saldo das debêntures de emissão da Hauscenter, deduzido das provisões para perdas, em 2020 é de R\$ 10.110 mil (R\$ 10.110 mil em 2020).

Atendendo a legislação vigente foram constituídas as seguintes provisões para fazer frente a valores de difícil realização:

- a) **Créditos Privados e Depósitos** – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 25.585 mil (R\$ 20.968 mil em 2020), conforme relacionado a seguir:
- O saldo da provisão das debêntures de emissão da Buettner é de R\$ 6.355 mil (R\$ 5.587 mil em 2020). As debêntures foram provisionadas em 100%, tendo em vista que esta apresentou plano de recuperação judicial e posteriormente teve sua falência decretada. A Entidade vem acompanhando o desdobramento da falência e tomando todas as medidas judiciais para recuperação dos valores envolvidos;
 - O saldo da provisão das debêntures de emissão da Hauscenter é de R\$ 15.387 mil (R\$ 11.538 mil em 2020). As debêntures estão atreladas à participação de imóveis no World Trade Center de São Paulo e sua última avaliação foi feita no exercício de 2020 onde foi atualizado o provisionamento, passando de 29,01% para 53,33% levando-se em consideração o laudo de avaliação do imóvel e o Patrimônio Social da Hauscenter. As debêntures estão sendo atualizadas pelo mercado e provisionadas de acordo com o último laudo de avaliação de perito independente;
 - O saldo da provisão das debêntures de emissão da Teka é de R\$ 3.843 mil (R\$ 3.843 mil em 2020). Foi provisionado o saldo de 100% do valor a receber das debêntures de emissão da Teka – Tecelagem Kuehnrich S.A., tendo em vista que esta apresentou plano de recuperação judicial. A Entidade vem acompanhando o desdobramento do plano de recuperação judicial e tomando todas as medidas judiciais para recuperação dos valores envolvidos, devidamente atualizados nos termos da escritura das debêntures.
- b) **Ações** – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 450 mil (R\$ 450 mil em 2020), conforme relacionado a seguir:
- O saldo da provisão das ações de emissão da Cia Lorenz é de R\$ 450 mil (idem em 2020). As ações foram provisionadas em 100% do valor de mercado, em razão da empresa estar em processo falimentar.
- c) **Investimentos Imobiliários** – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.982 mil (R\$ 2.906 mil em 2020). As provisões foram constituídas para os valores registrados como aluguéis vencidos, impostos e taxas a receber e alienações a receber. Tais valores estão sendo objetos de negociação e/ou cobrança judicial.

- d) Operações com Participantes – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 974 mil (R\$ 823 mil em 2020). As provisões foram constituídas para os mutuários com empréstimos vencidos que se desligaram das patrocinadoras e não solicitaram benefício na Entidade e Participantes e Assistidos com prestações em atrasos. Os valores estão sendo objetos de negociação com os Participantes e/ou cobrança judicial.

4.1 – RENDA FIXA - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS E FUNDOS DE INVESTIMENTO

A composição dos Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos, por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa, estavam assim representados:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	2021	2020	2021	2020
TÍTULOS PÚBLICOS	526.400	501.143	832.101	654.610
Títulos Públicos Federal	526.400	501.143	832.101	654.610
Notas do Tesouro Nacional	526.400	501.143	819.979	654.610
Letras do Tesouro Nacional	-	-	12.122	-
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	3.371	3.371	5.392	5.392
Companhias Abertas	3.371	3.371	5.392	5.392
Debêntures não Conversíveis	3.371	3.371	5.392	5.392
FUNDOS DE INVESTIMENTO	129.902	128.029	489.424	596.190
Renda Fixa	-	-	-	-
Ações	40.099	48.190	63.520	134.768
Multimercado	84.461	68.767	417.686	443.998
Direitos Creditórios	-	958	-	1.697
Participações	3.384	4.604	5.124	6.900
Imobiliário	1.958	5.510	3.094	8.827
TOTAL	659.673	632.543	1.326.917	1.256.192

DESCRIÇÃO	MULTIFUTURO II		PGA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
TÍTULOS PÚBLICOS	181.197	136.509	49.856	40.615	1.589.555	1.332.877
Títulos Públicos Federal	181.197	136.509	49.856	40.615	1.589.555	1.332.877
Notas do Tesouro Nacional	179.176	136.509	48.846	40.615	1.574.402	1.332.877
Letras do Tesouro Nacional	2.021	-	1.010	-	15.153	-
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	926	926	421	421	10.110	10.110
Companhias Abertas	926	926	421	421	10.110	10.110
Debêntures não Conversíveis	926	926	421	421	10.110	10.110
FUNDOS DE INVESTIMENTO	117.176	147.109	72.748	75.489	809.249	946.818
Renda Fixa	-	-	-	-	-	-
Ações	14.138	30.521	5.276	11.263	123.032	224.743
Multimercado	101.576	113.084	67.080	63.696	670.803	689.544
Direitos Creditórios	-	766	-	-	-	3.423
Participações	907	1.207	392	530	9.807	13.241
Imobiliário	555	1.531	-	-	5.607	15.867
TOTAL	299.299	284.544	123.025	116.525	2.408.914	2.289.805

As variações são decorrentes de alocações de recursos entre os segmentos de investimentos, aplicações, resgates e valorização dos investimentos.

4.2 – TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO E TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Atendendo a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 os títulos e valores mobiliários mantidos pela Entidade, passíveis de classificação nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e para negociação na carteira própria e de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais são demonstrados a seguir:

a) Composição das Carteiras e Prazos de Vencimento:

Títulos	2021			2020
	Até 360 Dias	Acima de 360	Total	Total
CARTEIRA PRÓPRIA	-	1.599.665	1.599.665	1.342.987
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	-	1.589.555	1.589.555	1.332.877
Notas do Tesouro Nacional	-	1.574.402	1.574.402	1.332.877
Letras do Tesouro Nacional	-	15.153	15.153	-
Créditos Privados e Depósitos	-	10.110	10.110	10.110
Debêntures	-	10.110	10.110	10.110
FUNDOS EXCLUSIVOS	-	495.287	495.287	397.003
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	-	354.820	354.820	234.345
Letras Financeiras do Tesouro	-	237.973	237.973	196.821
Notas do Tesouro Nacional	-	55.055	55.055	-
Letras do Tesouro Nacional	-	61.792	61.792	37.524
Créditos Privados e Depósitos	-	140.467	140.467	162.658
Letras Financeiras	-	91.490	91.490	91.512
Debêntures	-	48.977	48.977	71.146
TOTAL	-	2.094.952	2.094.952	1.739.990

b) Composição por Tipo de Papel:

Títulos	2021	
	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	726.059	712.877
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	237.973	237.973
Letras do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	15.337	15.153
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	61.855	61.792
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	33.691	33.731
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	260.174	250.086
Notas do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	55.055	55.055
Debêntures (Carteira Própria)	10.110	10.110
Debêntures (Fundos Exclusivos)	51.864	48.977
Títulos Mantidos Até o Vencimento	1.382.122	1.490.060
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	1.324.316	1.432.301
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	57.806	57.759
TOTAL	2.108.181	2.202.937

c) Composição por Tipo de Papel por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA:

Títulos	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	89.477	88.404	460.940	451.122
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	34.117	34.117	141.547	141.547
Letras do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	-	-	12.269	12.122
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	8.868	8.859	36.792	36.754
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	4.830	4.836	20.040	20.064
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	22.963	22.307	181.304	173.364
Notas do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	7.893	7.892	32.747	32.747
Debêntures (Carteira Própria)	3.371	3.371	5.392	5.392
Debêntures (Fundos Exclusivos)	7.435	7.022	30.849	29.132
Títulos Mantidos Até o Vencimento	512.381	540.731	680.998	743.594
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	504.094	532.450	646.615	709.239
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	8.287	8.281	34.383	34.355
TOTAL	601.858	629.135	1.141.938	1.194.716

Títulos	MULTIFUTURO II		PGA	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	115.406	113.826	60.236	59.525
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	36.176	36.176	26.133	26.133
Letras do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	2.045	2.021	1.022	1.010
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	9.403	9.393	6.793	6.786
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	5.122	5.128	3.700	3.704
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	45.481	44.368	10.426	10.047
Notas do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	8.369	8.369	6.046	6.046
Debêntures (Carteira Própria)	926	926	421	421
Debêntures (Fundos Exclusivos)	7.884	7.445	5.695	5.378
Títulos Mantidos Até o Vencimento	143.595	157.206	45.147	48.528
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	134.808	148.426	38.799	42.185
Letras Financeiras (Fundos Exclusivos)	8.787	8.780	6.348	6.343

A Entidade encaminhou declaração ao banco responsável pela custódia e controle dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e das carteiras de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais, sobre sua capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

4.3 – AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO

De acordo com a Instrução PREVIC nº 33 de 23 de outubro de 2020 (revogou a Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018), e demais legislações pertinentes, demonstramos a seguir os Ajustes de Precificação entre os Títulos Públicos Federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Estes ajustes estão consignados nas Demonstrações do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, posição de 31 de dezembro de 2021 e 2020. Estas regras passaram a serem obrigatórias a partir do encerramento do exercício de 2015.

PLANO BENEFÍCIOS I

Tipo Papel	Taxa Aquisição %	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil 31/12/2021	Valor Ajustado a taxa 4,17% ao ano	Valor Ajuste
NTN-B	5,548373	15/08/2022	7.550	29.217	29.450	233
NTN-B	6,288606	15/08/2022	2.150	8.285	8.386	101
NTN-B	6,339500	15/08/2022	6.886	26.527	26.860	333
NTN-B	6,480014	15/05/2023	4.766	18.034	18.562	528
NTN-B	6,742549	15/05/2023	866	3.266	3.373	107
NTN-B	6,757231	15/05/2023	3.915	14.764	15.248	484
NTN-B	5,563661	15/08/2030	15.400	61.189	66.968	5.779
NTN-B	6,469300	15/08/2030	365	1.370	1.587	217
NTN-B	6,230008	15/05/2055	380	1.404	1.911	507
TOTAL			42.278	164.056	172.345	8.289

PLANO MULTIFUTURO I

Tipo Papel	Taxa Aquisição %	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil 31/12/2021	Valor Ajustado a taxa 3,87% ao ano	Valor Ajuste
NTN-C	6,184300	01/01/2031	10.367	89.509	102.494	12.985
TOTAL			10.367	89.509	102.494	12.985

PLANO MULTIFUTURO II

Tipo Papel	Taxa Aquisição %	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil 31/12/2021	Valor Ajustado a taxa 3,87% ao ano	Valor Ajuste
NTN-B	6,397350	15/08/2024	1.086	4.156	4.404	248
TOTAL			1.086	4.156	4.404	248

4.4 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A composição da Carteira de Imóveis estava assim representada:

	2021		2020	
	Custo Reavaliado	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações				
Uso Próprio	1.664	-	1.664	7.824
Locadas a Patrocinadoras	-	-	-	-
Locadas a Terceiros	106.026	-	106.026	118.039
Valores a Receber (Aluguéis, Taxas, (-) Provisões e demais)	362	-	362	559
Direitos em Alienação de Investimentos Imobiliários	52.902	-	52.902	33.537
	160.954	-	160.954	159.959

No exercício de 2021, de acordo com o laudo de avaliação de peritos independentes emitidos pelas empresas “Oliveira Werchajzer Engenharia S/S.” e “Bonin – Engenharia de Avaliações S/S.” foi realizada a reavaliação de todos os imóveis e o destinado à alienação com direito de permuta, respeitando a Instrução SPC nº 44/2021(que alterou a Instrução PREVIC nº 31/2020), onde se obteve o resultado positivo no montante R\$ 5.367 mil, na qual foi incorporado aos saldos dos Investimentos Imobiliários, a débito e a crédito de despesas e receitas dos investimentos, respectivamente, e foi realizada no mês de outubro de 2021. Também foi alienado, no mês de setembro de 2021, Imóvel localizado na Rua Dom Jaime Câmara nº 259, Centro, Florianópolis, cujo valor foi de R\$ 4.200 mil, obtendo um lucro na venda no valor de R\$ 25 mil.

O resultado da reavaliação está demonstrado como segue:

DESCRIÇÃO	Valor Reavaliado	Valor Contábil	Resultado
Edificações	160.592	155.225	5.367
Uso Próprio	1.664	1.763	(99)
Locadas à Patrocinador	-	-	-
Locadas à Terceiros	106.026	119.925	(13.899)
Direitos em Alienações Invest. Imobiliários	52.902	33.537	19.365
TOTAIS	160.592	155.225	5.367

A composição da Carteira de Imóveis por Plano de Benefícios estava assim representada:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	2021	2020	2021	2020
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	56.198	55.851	89.689	89.134
Edificações	37.686	44.093	60.247	70.489
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	18.512	11.758	29.442	18.645
DESCRIÇÃO	MULTIFUTURO II		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	15.067	14.974	160.954	159.959
Edificações	10.119	11.840	108.052	126.422
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	4.948	3.134	52.902	33.537

4.5 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição da Carteira de Empréstimos por Plano de Benefícios estava assim representada:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS I		MULTIFUTURO I	
	2021	2020	2021	2020
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	15.087	15.083	48.460	48.002
Empréstimos	15.087	15.083	48.460	48.002
DESCRIÇÃO	MULTIFUTURO II		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.085	8.496	71.632	71.580
Empréstimos	8.085	8.496	71.632	71.580

NOTA 05 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os valores registrados como exigível operacional são, substancialmente, decorrentes das obrigações relativas à concessão de benefícios e obrigações fiscais (Gestão Previdencial), provisões e as obrigações fiscais e de pessoal e encargos (Gestão Administrativa), operações de créditos privados – debêntures, operações de imóveis – edificações e as obrigações fiscais e empréstimos (Investimentos).

NOTA 06 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL E ATIVO CONTINGENTE

Em função das demandas judiciais, a Entidade atendendo as normas contábeis, constitui provisões referentes a: expurgos inflacionários, em 2021, no valor de R\$ 10.551 mil (R\$ 12.717 mil em 2020), valor este que abrange os Participantes, os Assistidos, Ex-Participantes e Ex-Assistidos, demandantes da ação judicial,

distribuídas entre os Planos de Benefícios I no valor de R\$ 55 mil (R\$ 47 mil em 2020), Multifuturo I no valor de R\$ 10.238 mil (R\$ 12.448 mil em 2020) e Multifuturo II no valor de R\$ 258 mil (R\$ 222 mil em 2020); trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 9.254 mil (R\$ 7.821 mil em 2020), demandadas nos Planos de Benefícios I no valor de R\$ 9.070 mil (R\$ 7.694 mil em 2020), e Multifuturo I no valor de R\$ 184 mil (R\$ 127 mil em 2020).

Como consequência das ações trabalhistas, cíveis e tributárias promovidas em face da Entidade, foram efetuadas, por exigência legal, uma série de depósitos judiciais. Tais valores correspondem em 2021 ao montante de R\$ 14.374 mil (R\$ 16.614 mil em 2020), distribuídas entre os Planos de Benefícios I no valor de R\$ 2.720 mil (R\$ 4.954 mil em 2020), Multifuturo I no valor de R\$ 11.191 mil (R\$ 11.136 mil em 2020), Multifuturo II no valor de R\$ 323 mil (R\$ 384 mil em 2020), e PGA no valor de R\$ 140 mil (R\$ 140 mil em 2020).

A Entidade é parte ativa de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do BNDES e da União Federal. Tal demanda judicial refere-se à atualização de valor por mudanças no cálculo de índice ao invés de IPC, por BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, relacionados as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND. O processo encontra-se em fase de execução através de acordo judicial. Por força de determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC não se reconhece contabilmente, no Ativo Contingente, o ingresso dos referidos recursos.

Durante o exercício de 2020 a Entidade obteve êxito definitivo em demanda judicial que questionava a exigência do recolhimento do PIS/COFINS. Como consequência reverteu os depósitos judiciais, no montante de R\$ 5.373 mil, que vinha promovendo desde o início da referida demanda. Estes valores foram consignados em receita direta do PGA, reversão dos depósitos judiciais e formação do Fundo Administrativo dos Planos Previdenciais.

NOTA 07 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas foram determinadas nos exercícios de 2021 e 2020 pela consultoria atuarial independente Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que adotou nas Avaliações Atuariais, os seguintes regimes e métodos de financiamento:

- No Plano de Benefícios I (plano de contribuição variável, em extinção):
 - Para avaliação do benefício de auxílio-doença, foi adotado o Regime de Repartição Simples;
 - Para os demais benefícios, o Regime de Capitalização, com o Método Agregado.
- Nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II (planos de contribuição variável):
 - Para avaliação do benefício de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, foi adotado o Regime de Capitalização, com o Método Agregado;
 - Para os demais benefícios, o de Regime de Capitalização Financeira.

As hipóteses econômicas e demográficas utilizadas nas avaliações de 2020 e 2019 estão demonstradas, como segue:

TIPO DE HIPÓTESE, conforme CPA 003 ⁽¹⁾	AVALIAÇÃO 2021	AVALIAÇÃO 2020
	DATA-BASE: Dezembro - 2021	DATA-BASE: Dezembro - 2020
ECONÔMICAS/FINANCEIRAS		
Retorno dos Investimentos	Plano I: INPC + 4,17% a.a. Plano Multifuturo I: INPC + 3,87% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,87% a.a.	Plano I: INPC + 4,22% a.a. Plano Multifuturo I: INPC + 3,87% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,87% a.a.
Crescimento Salarial	Plano I: INPC + 1,14% a.a. Plano Multifuturo I: INPC + 2,92% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,20% a.a.	Plano I: INPC + 1,14% a.a. Plano Multifuturo I: INPC + 2,92% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,20% a.a.
Crescimento do Teto do INSS	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Reajuste de Benefícios	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Fator de Capacidade Salarial e de Benefício	98%	98%
BIOMÉTRICAS		
Mortalidade	AT-2000 - Desagravada em 15% segregada por sexo	AT-2000 - Desagravada em 15% segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT 49- M	AT 49- M
Entrada em Invalidez	Light Média desagravada em 30%	Light Média desagravada em 30%
DEMOGRÁFICAS		
Rotatividade	Nula	Nula
Composição Familiar		
Benefícios a Conceder:	Família Média	Família Média
-Percentual de Casados:	90%	90%
-Diferença de idade entre titular e cônjuge:	04 anos ⁽²⁾	04 anos ⁽²⁾
-Dependente Temporário até os 24 anos:	Um temporário de idade "Z", sendo $Z = 24 - \text{máximo entre } [0; (80 - x)/2]$.	Um temporário de idade "Z", sendo $Z = 24 - \text{máximo entre } [0; (80 - x)/2]$.
Benefícios Concedidos:	Família Real (conforme cadastro dos participantes).	Família Real (conforme cadastro dos participantes).
⁽¹⁾ Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA 003 - Classificação de Hipóteses Atuariais		
⁽²⁾ Na diferença de idade entre titular "x" e cônjuge "y", considera-se que para titular masculino, $y = x - 4$; para titular feminino, $y = x + 4$.		

Os resultados das avaliações destes três planos foram posicionados separadamente, conforme demonstram os pareceres atuariais datados de 22 de fevereiro de 2022 e 22 de fevereiro de 2021, para os exercícios de 2021 e 2020, respectivamente.

Apresentamos a seguir, o Demonstrativo da Composição Consolidada das Provisões Matemáticas da Entidade, em 31 de dezembro:

DESCRIÇÃO	2021	2020
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.610.632	1.544.497
Contribuição Definida	916.212	896.926
Benefício Definido	694.420	647.571
BENEFÍCIOS A CONCEDER	706.367	667.817
Contribuição Definida	594.240	551.999
Benefício Definido	112.127	115.818
TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.316.999	2.212.314

• Provisão Matemática de Benefícios Concedidos

É a diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Entidade, em relação aos destinatários em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser recolhidos em favor da Entidade, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

• Provisão Matemática de Benefícios a Conceder

No Plano de Benefícios I e para os benefícios de risco dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela Entidade, em relação aos Participantes e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser recolhidos em favor da Entidade, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

Para os benefícios programáveis dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a totalidade dos saldos efetivamente acumulados nas contas previdenciárias dos Participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, com as atualizações devidas conforme dispõe o regulamento dos planos.

NOTA 08 – RESULTADO ACUMULADO

O Resultado Acumulado consolidado da Entidade é superavitário, correspondendo em 31 de dezembro de 2021 ao montante de R\$ 135.494 mil (R\$ 130.034 mil em 2020) caracterizando assim, uma suficiência patrimonial em relação aos compromissos totais. Ressalta-se que o superávit em relação ao exercício de 2020 foi no valor de R\$ 5.460 mil (R\$ 19.328 mil em 2020) e ocorreu, principalmente, positivamente em função do resultado da avaliação atuarial onde houve movimentações e alterações cadastrais ocorridas no exercício de 2021, e negativamente, com o desempenho da rentabilidade efetiva dos ativos inferior a meta atuarial dos Planos, bem como a alteração da premissa atuarial com a alteração da premissa “Taxa Real de Juros”, passando de 4,22% a.a. para 4,17% a.a. para o Plano de Benefícios I. Os Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II não houve alteração nas premissas atuariais permanecendo a de 3,87% a.a.

Em atendimento a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o superávit técnico foi classificado em Reserva de Contingência (valor que representa o limite máximo de até 25% levando em consideração a proporção à duração: $10\% + (\text{duration} \times 1\%)$ sobre as provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder composto sobre a forma de Benefícios Definidos) no valor de R\$ 109.615 mil (R\$ 119.297 mil em 2020), e o que excedeu/reverteu foi lançado em Reserva para Revisão do Plano no valor de R\$ 25.879 mil.

Em 31 de dezembro de 2021 o cálculo da *Duration* do Passivo dos Planos de Benefícios estava assim composto: No Plano de Benefícios I de 8,93 anos (107 meses), Plano Multifuturo I de 17,11 anos (205 meses), e Plano Multifuturo II de 15,79 anos (189 meses), adicionando a 10% e respeitando o limite máximo de 25% para registro das Reservas de Contingências das Provisões Matemáticas BD, os limites ficaram em 18,93%, 25% e 25%, respectivamente.

O Resultado Acumulado superavitário por Plano de Benefícios está assim demonstrado: Plano de Benefícios I corresponde ao montante de R\$ 50.814 mil (R\$ 62.081 mil em 2020), obtendo uma rentabilidade no exercício de 12,45%; Plano de Benefícios Multifuturo I corresponde ao montante de R\$ 75.054 mil (R\$ 59.988 mil em 2020), rentabilidade de 9,96%; Plano de Benefícios Multifuturo II corresponde ao montante de R\$ 9.525 mil (R\$ 7.964 mil em 2020), rentabilidade de 9,48%. A meta atuarial no exercício para o Plano de Benefícios I foi de 15,64% (INPC acumulado mês anterior (dez/20 a nov/21) de 10,96% + taxa de juros de 4,22% ao ano) e para os Planos Multifuturo I e Multifuturo II foi de 15,25% (INPC acumulado mês anterior (dez/20 a nov/21) de 10,96% + taxa de juros de 3,87% ao ano). Aos Participantes e Assistidos que, respectivamente, acumulam e recebem seus benefícios na forma de saldo de conta, a rentabilidade é creditada diretamente em seu saldo acumulado não se associando à meta atuarial.

NOTA 09 – CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS

O Fundo da Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 123.305 mil (R\$ 116.298 mil em 2020).

O Fundo dos Investimentos foi constituído com recursos arrecadados por meio da taxa de quitação por morte dos empréstimos liberados aos Participantes e Assistidos. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.506 mil (R\$ 3.039 mil em 2020). A constituição por Plano de Benefícios está composta pelo Plano Benefícios I no valor de R\$ 1.716 mil (R\$ 1.489 mil em 2020), Multifuturo I no valor de R\$ 1.509 mil (R\$ 1.306 mil em 2020) e Multifuturo II no valor de R\$ 281 mil (R\$ 244 mil em 2020).

O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo, por exigência regulamentar, foi constituído atuarialmente nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, como resultado dos saldos de contas formadas pelas contribuições realizadas exclusivamente pelas Patrocinadoras, relativos aos ex-Participantes desligados dos respectivos planos e que resgataram suas contribuições pessoais. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 11.606 mil (R\$ 9.611 mil em 2020), correspondendo ao Plano Multifuturo I o valor de R\$ 11.415 mil (R\$ 9.436 mil em 2020) e Multifuturo II o valor de R\$ 191 mil (R\$ 175 mil em 2020).

O Fundo Previdencial de Revisão de Plano no Plano Multifuturo II, foi constituído atuarialmente relativos aos exercícios de 2015 e 2018 cujo montante é de R\$ 28.696 mil (R\$ 26.962 mil em 2020), sendo o de 2015 no valor de R\$ 20.218 mil (R\$ 18.833 mil em 2020) e o de 2018 no valor de R\$ 8.478 mil (R\$ 8.129 mil em 2020 mil). Este Fundo está dividido em Participantes e Assistidos no valor de R\$ 17.434 mil e Patrocinadoras no valor de R\$ 11.262 mil, e vem sendo mantido e atualizado pela rentabilidade do plano (variação da cota patrimonial).

A destinação deste Fundo começou a ser distribuído no mês de dezembro de 2021, com estimativa de duração de 36 meses, como segue:

- a) Para o superávit de 2015, os ativos, autopatrocinados e BPDs que permanecem vinculados ao Plano Multifuturo II e que tem direito ao superávit terão redução de 40% das contribuições básica e administrativa. Os assistidos de renda vitalícia que têm direito ao superávit receberão Benefício Especial Temporário (BET) equivalente a 9% do benefício efetivo. Para os ativos que se aposentaram ou vierem a se aposentar, o superávit será destinado com redução de 40% da contribuição administrativa e BET de 9% aplicado sobre o benefício projetado calculado atuarialmente à época, atualizado pelo INPC anualmente no mês de setembro, independente da forma de renda escolhida, e para as patrocinadoras, serão reduzidas as contribuições normal, de risco e administrativa no percentual de 35%.
- b) Para o superávit de 2018, os ativos, autopatrocinados e BPDs que permanecem vinculados ao Plano Multifuturo II e que tem direito ao superávit terão redução de 60% das contribuições básica e administrativa. Os assistidos de renda vitalícia que têm direito ao superávit receberão Benefício Especial Temporário (BET) equivalente a 9,5% do benefício efetivo. Para os ativos que se aposentaram ou vierem a se aposentar, o superávit será destinado com redução de 60% da contribuição administrativa e BET de 9,5% aplicado sobre o benefício projetado calculado atuarialmente à época, atualizado pelo INPC anualmente no mês de setembro, independente da forma de renda escolhida, e para as patrocinadoras, serão reduzidas as contribuições normal, de risco e administrativa no percentual de 65%.

O Fundo Previdencial de Revisão de Plano no Plano Multifuturo I, foi constituído atuarialmente relativo ao exercício de 2018 cujo montante é de R\$ 0 mil (R\$ 930 mil em 2020), sendo que o Conselho Deliberativo já tinha aprovado o Plano de Destinação da Reserva Especial, e sua implementação de alteração regulamentar estava aguardando a manifestação favorável do órgão fiscalizador da patrocinadora, contudo como no acumulado até o mês de novembro de 2021 houve sucessivas reversões de superávit também afetou o Fundo de Revisão de Plano, não restando mais nada a ser distribuído.

NOTA 10 – AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÕES

DESCRIÇÃO	Plano I	Multifuturo I	Multifuturo II	PGA	Ajustes e Eliminações Nota 03, item k	Consolidado
ATIVO	766.833	1.553.730	335.871	124.553	(123.367)	2.657.621
Disponível	96	4	120	345	-	565
Realizável	766.737	1.553.726	335.751	123.478	(123.367)	2.656.326
Previdencial	2.811	11.208	415	-	(38)	14.397
Administrativo	32.968	77.452	12.885	453	(123.329)	429
Participações Fundo Administrativo	32.968	77.452	12.885	-	(123.305)	-
Contas a Receber	-	-	-	24	(24)	-
Despesas Antecipadas	-	-	-	287	-	287
Depósitos Judiciais/Recursais	-	-	-	140	-	140
Tributos a Compensar	-	-	-	2	-	2
Investimentos	730.958	1.465.066	322.451	123.025	-	2.641.500
Permanente	-	-	-	730	-	730

DESCRIÇÃO	Plano I	Multifuturo I	Multifuturo II	PGA	Ajustes e Eliminações Nota 03, item k	Consolidado
PASSIVO	766.833	1.553.730	335.871	124.553	(123.366)	2.657.621
Operacional	588	1.799	402	1.108	(61)	3.835
Previdencial	568	1.771	391	0	(61)	2.668
Administrativo	0	0	0	1.103	-	1.103
Investimentos	20	28	11	5	-	64
Contingêncial	11.845	21.613	581	140	-	34.179
Previdencial	11.845	21.613	581	0	-	34.039
Administrativo	0	0	0	140	-	140
Investimentos	0	0	0	0	-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	754.400	1.530.318	334.888	123.305	(123.305)	2.619.607
Patrimônio de Cobertura do Plano	719.716	1.439.942	292.835	0	-	2.452.493
Provisões Matemáticas	668.902	1.364.888	283.210	0	-	2.316.999
Equilíbrio Técnico	50.814	75.054	9.625	0	-	135.493
Fundos	34.684	90.376	42.053	123.305	(123.305)	167.114
Fundos Previdenciais	0	11.415	28.887	0	-	40.303
Fundos Administrativos	32.968	77.452	12.885	123.305	(123.305)	123.305
Fundos dos Investimentos	1.716	1.509	281	0	-	3.506

NOTA 11 – PARTES RELACIONADAS

A Entidade possui as seguintes transações com partes relacionadas:

- Contribuições previdenciárias e as administrativas da parte da patrocinadora do Badesc do Plano Multifuturo II, corresponde ao valor de R\$ 54 mil (R\$ 216 mil em 2020) e no valor de R\$ 0 mil (R\$ 11 mil em 2020), respectivamente;

- b) Contribuições previdenciárias e as administrativas da parte dos participantes do Badesc do Plano Multifuturo II, corresponde ao valor de R\$ 54 mil (R\$ 295 mil em 2020) e no valor de R\$ 0 mil (R\$ 12 mil em 2020), respectivamente;
- c) A Patrocinadora Banco do Brasil administra o Fundo Exclusivo FI BB AGATA II, cuja posição em 31 de dezembro de 2021 soma o montante nos Planos no valor de R\$ 495.311 mil (R\$ 397.007 mil em 2020), tendo como cobrança, no ano, de taxa de administração e demais despesas o valor de R\$ 355 mil (R\$ 349 mil em 2020);
- d) Os demais valores consignados nos balancetes dos Planos de Benefícios, tais como: disponibilidade no Banco do Brasil, Plano Benefícios I no valor de R\$ 93 mil (R\$ 295 mil em 2020), Plano Multifuturo I no valor de R\$ 0 mil (R\$ 455 mil em 2020), Plano Multifuturo II no valor de R\$ 118 mil (R\$ 128 mil em 2020), e PGA no valor de R\$ 343 mil (R\$ 99 mil em 2020); adiantamentos a participantes de abono anual e devedores diversos, Plano Benefícios I no valor de R\$ 102 mil (R\$ 94 mil em 2020), Plano Multifuturo I no valor de R\$ 18 mil (R\$ 17 mil em 2020); benefícios a pagar e restituições a participantes, Plano Benefícios I no valor de R\$ 91 mil (R\$ 66 mil em 2020), Plano Multifuturo I no valor de R\$ 1.126 mil (R\$ 1.155 mil em 2020), Plano Multifuturo II no valor de R\$ 8 mil (R\$ 5 mil em 2020); credores diversos e outros, Plano Benefícios I no valor de R\$ 1 mil (R\$ 1 mil em 2020), Plano Multifuturo I no valor de R\$ 236 mil (R\$ 234 mil em 2020), Plano Multifuturo II no valor de R\$ 83 mil (R\$ 0 mil em 2020), e PGA no valor de R\$ 2 mil (R\$ 2 mil em 2020), alugueis a receber de patrocinadoras, Plano Benefícios I no valor de R\$ 0 mil (R\$ 2 mil em 2020), Plano Multifuturo I no valor de R\$ 0 mil (R\$ 3 mil em 2020), e Plano Multifuturo II no valor de R\$ 0 mil (R\$ 1 mil em 2020);
- e) **Membros Ocupantes de Funções Estratégicas**

A Entidade possui 16 (dezesseis) conselheiros, sendo 6 (seis) deliberativos efetivos e 3 (três) suplentes, 4 (quatro) fiscais efetivos e 3 (três) suplentes e 2 (dois) diretores: um Diretor Superintendente, e um Diretor Financeiro e Administrativo.

Os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal recebem remuneração por reunião em que esteja presente, que totalizou R\$ 558 mil em 2021 (R\$ 450 mil em 2020).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos à Diretoria Executiva totalizaram R\$ 1.327 mil em 2021 (R\$ 1.157 mil em 2020).

Todos os membros dos Órgãos Estatuários são participantes e assistidos dos Planos de Benefícios da Entidade podendo realizar operações de empréstimos nas mesmas condições dos demais, respeitando o regulamento de empréstimo.

NOTA 12 – COVID-19

Os exercícios de 2021 e 2020 foram marcados pela Covid 19, e pela decretação do Estado de Calamidade Pública decorrente da pandemia no exercício de 2020.

A FUSESC, assim como as demais pessoas jurídicas públicas e privadas, teve que reorganizar a sua forma de trabalho e os seus processos rapidamente com vistas a reduzir os impactos para os Empregados, Participantes e Assistidos, sempre alinhado com os Órgãos Estatutários internos e os órgãos de fiscalização, supervisão e controle.

Em abril de 2020 o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) divulgou comunicado informando que em virtude dos fortes impactos na economia causados pela pandemia do Covid-19, da elevada volatilidade do mercado financeiro e diante de demandas recebidas das entidades do segmento, estava realizando reuniões regulares para monitorar a situação do regime de previdência complementar e avaliar a necessidade de eventuais medidas que possam mitigar consequências indesejáveis para participantes e assistidos, patrocinadores e entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), bem como garantir o apropriado funcionamento do sistema e proteger a poupança previdenciária.

A atuação dos órgãos internos e externos teve como premissa a observância das condições de liquidez e equilíbrio dos planos, ao mesmo tempo em que permitiu medidas que tiveram como princípios norteadores, a excepcionalidade, a facultatividade, a temporariedade, o auxílio aos Participantes e Patrocinadoras, a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial dos planos e a transparência.

Na FUSESC destacaram-se as seguintes medidas:

- Investimentos para a adoção do trabalho remoto para as áreas técnicas e para os membros dos Órgãos Estatutários;
- Ampliação dos serviços prestados remotamente aos Participantes, Assistidos e Dependentes;
- Renegociação dos contratos de locação dos imóveis alocados na carteira de investimentos.

A assertividade das medidas adotadas pela FUSESC permitiu a continuidade dos negócios em ambiente adverso sem prejuízos aos interesses das partes interessadas na Entidade, nos exercícios de 2020 e 2021.

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Carlos Eduardo Pitz
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF Nº 005.650.579-52

Vandoir Specht
Contador CRC/SC 028.290/O-0
CPF Nº 018.210.929-10

2. Pareceres

2.1. Parecer Atuarial – Plano Multifuturo II

Introdução

Este documento visa apresentar o resultado da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021 do PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO II (CNPB nº 2002.0046-92), patrocinado pela BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A., pela BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens – BESCOR, pela CODESC – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, pela SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas BESC (BB) e CODESC, do BADESC e da FUSESC e pela própria FUSESC – Fundação CODESC de Seguridade Social, administradora do plano.

A Avaliação Atuarial, conforme disposto no inciso I do art. 2º da Resolução CNPC nº 30/2018, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

A Mirador realizou a avaliação atuarial do plano considerando o disposto seu respectivo Regulamento e Nota Técnica Atuarial, os princípios atuariais aceitos internacionalmente e os Pronunciamentos Atuariais publicados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA, entre os quais destacam-se o CPA 001 – Princípios Atuariais e o CPA 003 – Classificação de Hipóteses Atuariais.

O relatório também discorrerá a respeito da situação de solvência do plano de benefícios, bem como apresentará a proposta de plano de custeio para o exercício de 2022 e o parecer atuarial do plano. Os resultados das Avaliações Atuariais estão posicionados na data-base de 31/12/2021, sendo que as bases cadastrais utilizadas nos estudos também contêm as informações no grupo de participantes e assistidos nessa mesma data-base.


GIANCARLO GIACOMINI GERMANY

Diretor Executivo

Atuário – MIBA 1020

giancarlo@mirador360.com.br


DANIELA WEBER RABELLO

Consultora Sênior

Atuária - MIBA 1747

daniela@mirador360.com.br

Contexto Normativo

Para realização do presente trabalho, considerou-se o contexto normativo do sistema de previdência complementar fechada Brasileiro, em que se destacam:

REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Leis Complementares nº 108 e 109/2001

Estabelece os fundamentos do Regime de Previdência Complementar e dos planos de benefícios, bem como defini as responsabilidades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

ASPECTOS TÉCNICOS-ATUARIAIS, APURAÇÃO E TRATAMENTO DE RESULTADOS

Resolução CNPC nº 30/2018

Definição dos procedimentos a serem observados pelas EFPC na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação.

PROCEDIMENTOS ATUARIAIS E ESTUDOS DE ADEQUAÇÃO

Instrução Previc nº 33/2020

Definição dos critérios técnico atuarias para duração do passivo, taxa de juros parâmetro, ajuste de precificação, estudo de adequação das premissas, bem como os detalhamentos a serem adotados nas EFPC em caso de processo de superávit ou déficit.

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Instrução Previc nº 31/2020

Estabelece normas e procedimentos contábeis das EFPC, bem como estrutura o plano contábil padrão e explica detalhes sobre as contas e envio das demonstrações contábeis.

Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento

Os regimes financeiros, métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do exercício anterior e atendem às exigências da Resolução CNPC nº 30/2018.

Benefício	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Aposentadorias Normal e reversão em pensão	Capitalização	Financeira
Aposentadoria Antecipada e reversão em pensão	Capitalização	Financeira
Aposentadoria por Invalidez e reversão em pensão	Capitalização	Agregado
Pensão por Morte de Ativo	Capitalização	Agregado
Pensão por Morte de Assistido	Capitalização	Financeira
Benefício Proporcional	Capitalização	Financeira
Abono Anual	Conforme benefício mensal	

Dados estatísticos:

Participantes	31/12/2020	31/12/2021	Variação
Ativos	Total	Total	Diferença
Ativo	148	145	-3
Autopatrocinado	13	14	1
Aux. Doença menos de 24 meses	0	0	0
Aguardando Aposentadoria	0	0	0
Ativo falecido - aguardando pensão	0	0	0
Frequência A CONCEDER	161	159	-2
Idade média (em anos)	49	49	0
Tempo Médio de Plano (em anos)	18	18	0
Tempo para Aposentadoria (em anos)	11	11	0
Tempo Médio de Empresa (em anos)	17	18	1
Folha de Salário de Participação mensal (em R\$)	2.347.383,99	2.571.349,84	9,54%
Salário Médio mensal (em R\$)	14.580,02	16.172,01	10,92%

Participantes	31/12/2020	31/12/2021	Variação
Aguardando BPD	Total	Total	Diferença
Frequência	4	4	0
Idade média (em anos)	59	60	1

Assistidos	31/12/2020	31/12/2021	Variação
Aposentados	Total	Total	Diferença
Aposentadoria Normal	105	107	2
Aposentadoria Antecipada	143	144	1
Aposentadoria por Invalidez	10	10	0
BPD concedido	3	3	0
Frequência TOTAL DE APOSENTADOS	261	264	3
Idade média dos assistidos (em anos)	64	65	1
Folha Benefício mensal (em R\$)	1.320.042,99	1.328.019,69	0,60%
Benefício médio mensal (em R\$)	5.057,64	5.030,38	-0,54%

Assistidos	31/12/2020	31/12/2021	Variação
Pensionistas	Total	Total	Diferença
Pensão por Morte de Ativo	3	3	0
Pensão por Morte de Assistido	10	11	1
Frequência de PENSIONISTAS	13	14	1
Frequência de GRUPOS DE PENSÕES	13	14	1
Idade média (em anos)	64	65	1,00
Folha Benefício mensal (em R\$)	45.267,55	48.108,44	6,28%
Benefício médio mensal (em R\$)	3.482,12	3.436,32	-1,32%

Passivo Atuarial:

Valores em R\$

Referencial teórico A PMBC (Provisão Matemática de Benefícios Concedidos) representa o valor presente das obrigações líquidas do plano de benefícios com os atuais assistidos, ou seja, com os participantes ou seus dependentes que, na data da avaliação atuarial, já percebem benefícios previdenciários do plano, tais como aposentadorias e pensões.	PMBC	181.869.607,87	Referencial teórico A PMBaC (Provisão Matemática de Benefícios a Conceder) representa o valor presente das obrigações líquidas do plano de benefícios com os atuais participantes em atividade, ou seja, com os participantes ou seus dependentes que, na data da avaliação atuarial, ainda não percebem benefícios previdenciários do plano.
	Saldo de Conta dos Assistidos	170.598.739,62	
	VABF Programados	7.121.401,24	
	VABF Não-Programados	4.149.467,01	
	VACF Participantes	0,00	
	VACF Patrocinadores	0,00	
	PMBaC	101.340.412,42	
	Saldo de contas - parcela Patrocinador(es)	38.396.803,54	
	Saldo de contas - parcela constituída pelos Participantes	48.523.213,57	
	Saldo de contas - parcela Participantes Portada de EFPC	420.008,11	
	VABF Programados	0,00	
	VABF Não-Programados	14.000.387,20	
	VACF Participantes	0,00	
	VACF Patrocinadoras	0,00	
	(=) Passivo Atuarial	283.210.020,29	

Onde: VABF = Valor Atual dos Benefícios Futuros e VACF = Valor Atual das Contribuições Futuras.

Situação patrimonial:

		Encerramento exercício 2020	Encerramento exercício 2021	Var %
Patrimônio	Ativo Total	321.194.944,95	335.870.647,22	4,6%
	(-) Exigível Operacional	422.660,10	401.820,54	(4,9%)
	Gestão Previdencial	415.457,71	390.951,08	(5,9%)
	Gestão Administrativa	0,00	0,00	-
	Investimentos	7.202,39	10.869,46	50,9%
	(-) Exigível Contingencial	605.624,67	581.077,64	(4,1%)
	Gestão Previdencial	605.624,67	581.077,64	(4,1%)
	Gestão Administrativa	0,00	0,00	-
	Investimentos	0,00	0,00	-
	(=) Patrimônio Social	320.166.660,18	334.887.749,04	4,6%
	(-) Fundos	39.533.725,44	42.053.016,88	6,4%
	Previdenciais	27.136.571,67	28.887.101,14	6,5%
	Administrativos	12.153.454,23	12.884.583,82	6,0%
	Garantia das Operações c/ Participantes	243.699,54	281.331,92	15,4%
	(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	280.632.934,74	292.834.732,16	4,3%

Solvência:

Provisões Matemáticas	Passivo Atuarial	272.668.430,16	283.210.020,29	3,9%
	PMBC	181.009.434,79	181.869.607,87	0,5%
	PMBaC	91.658.995,37	101.340.412,42	10,6%
	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00	0,00	-
	(=) Provisões Matemáticas	272.668.430,16	283.210.020,29	3,9%
ETA	(=) Equilíbrio Técnico	7.964.504,58	9.624.711,87	20,8%
	(+/-) Ajuste Precificação	2.562.683,51	247.629,50	(90,3%)
	(=) Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)	10.527.188,09	9.872.341,37	(6,2%)

• Resultado Contábil

Situação: Superavitário

Resultado Técnico Acumulado: R\$ 9.624.711,87

Duration do Passivo: 15,7870 anos (189 meses)

Limite da Reserva de Contingência (limite de tolerância)

= Mínimo [25%; 10% + 1% x Duration] = 25% das provisões matemáticas BD = R\$ 6.317.813,86

Reserva de Contingência a ser constituída

= Mínimo [Limite Reserva Contingência; Resultado Técnico Acumulado] = R\$ 6.317.813,86

Reserva Especial:

= Resultado Técnico Acumulado – Reserva Contingência = R\$ 3.306.898,01

Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)

Ajuste de Precificação: R\$ 247.629,50

Resultado Técnico Ajustado: R\$ 9.872.341,37

- **Conclusão:** Do superávit técnico apurado em 31/12/2021, R\$ 6.317.813,86 deve ser alocado em Reserva de Contingência e o excedente, R\$ 3.306.898,01, em Reserva Especial. Como este é o segundo ano consecutivo em que é constituído Reserva Especial, não há nenhuma medida de tratamento obrigatório a ser tomada.

Provisões Matemáticas de Benefício Definido (R\$ 25.271.255,45 em 31/12/2021).

• Comentários sobre a solvência do plano

O resultado da Avaliação Atuarial demonstrou que o plano apresenta, em 31/12/2021, um superávit técnico acumulado de R\$ 9.624.711,87, equivalente a 38,09% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido (R\$ 25.271.255,45) e a 3,40% do total das provisões matemáticas (R\$ 283.210.020,29). Considerando o valor do Ajuste de Precificação, no valor de R\$ 247.629,50, o plano apresentou um equilíbrio técnico ajustado (ETA) superavitário de R\$ 9.872.341,37.

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado na Reserva de Contingência até o limite de 25% das provisões matemáticas

estruturadas na modalidade de benefício definido, equivalente a R\$ 6.317.813,86, e o montante que ultrapassar este limite, apurado no encerramento de 2021 em R\$ 3.306.898,01, alocado como Reserva Especial do plano.

Por ser o segundo ano consecutivo de constituição de Reserva Especial, não há medida obrigatória a ser tomada para este encerramento,

devendo ser acompanhado durante o exercício de 2022, dentro dos preceitos da legislação vigente.

Plano de Custeio 2022

O percentual proposto para benefícios de risco, coberto pelas contribuições normais das Patrocinadoras, permanece nulo durante a vigência do plano de custeio 2022, sendo necessária reavaliação no encerramento de 2022:

	VIGENTE	PARA 2022
MULTIFUTURO II	0,00%	0,00%

Para o exercício de 2022, o plano de custeio possui as seguintes regras de contribuição:

- **Patrocinadora**

As contribuições normais das patrocinadoras poderão variar entre o limite mínimo de 2,33% e o máximo de 7% da Folha de Salários-de-Participação (FSP) de seus empregados, dependendo da opção contributiva do participante ativo, uma vez que a contribuição patronal é paritária até o limite máximo acima definido.

Na taxa de contribuição está incluída a taxa para custeio administrativo (0,33% da FSP). A taxa para cobertura dos benefícios de risco é nula para este exercício (0,00% da FSP*). *Percentual proposto com base na reavaliação atuarial apurada considerando as premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo e no Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2021.

- **Participantes**

Ativos: Os participantes ativos contribuirão com taxas por eles selecionadas, observando-se o mínimo de 2,33% do Salário-de- Participação (SP), sendo que na taxa de contribuição selecionada está incluída a taxa de 0,33% do SP para custeio administrativo.

BPDs: Os participantes que aguardam BPD recolherão a taxa de custeio administrativo equivalente a 0,66% do salário-de- participação, sendo opcional o recolhimento da taxa para cobertura dos benefícios de risco.

Assistidos: Os assistidos pagarão contribuições calculadas com base na alíquota de 1% do valor do benefício, exclusivamente para custeio administrativo.

Parecer Atuarial

Para fins da Avaliação Atuarial do Plano Multifuturo II foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/12/2021, estando os resultados posicionados nesta mesma data. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

A Avaliação Atuarial considerou os regimes financeiros e métodos de financiamento que já vinham sendo considerados nos exercícios anteriores, e atendem às exigências da Resolução CNPC nº 30/2018. Houve revisão das premissas financeiras e biométricas, devidamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo da FUSESC, com base nos estudos de análise de aderência de premissas apresentados no Relatório do Estudo de Convergência MIRADOR 1.350/2021 (estudo de convergência da taxa de juros real anual) e o Relatório dos Estudos de Adequação das Premissas MIRADOR 1.441/2021 (estudo de aderência das premissas biométricas, demográficas e econômicas), de agosto/2021.

Em relação à avaliação atuarial do encerramento do exercício anterior, não houve alteração de premissas atuariais.

O resultado das aplicações financeiras obtido pelo Plano Multifuturo II, relativas ao patrimônio dos benefícios definidos do plano, aponta uma rentabilidade nominal de 9,48% ao longo do ano de 2021, que, se comparada com a meta atuarial de 15,28% (taxa real de juros de 3,87% acrescida da variação acumulada do INPC), demonstra uma rentabilidade no período de 5,77% abaixo do esperado (equivalente a -37,85%).

O plano demonstrou uma variação positiva no resultado técnico acumulado de R\$ 1.660.207,29, passando de um Superávit Técnico de R\$ 7.964.504,58 em 31/12/2020 para um Superávit Técnico de R\$ 9.624.711,87 em 31/12/2021, equivalente a 38,09% das provisões matemáticas de benefício definido (3,40% do total das provisões matemáticas).

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pela FUSESC em R\$ 247.629,50, o Resultado Técnico Ajustado do plano fica superavitário em R\$ 9.872.341,37, equivalente a 39,07% das provisões matemáticas de benefício definido (3,49% do total das provisões matemáticas).

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado na Reserva de Contingência até o limite de 25% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido, equivalente a R\$ 6.317.813,86, e o montante que ultrapassar este limite, apurado no encerramento de 2021 em R\$ 3.306.898,01, alocado como Reserva Especial do plano. Por ser o segundo ano consecutivo de constituição de Reserva Especial, não há medida obrigatória a ser tomada para este encerramento, devendo ser acompanhado durante o exercício de 2022, dentro dos preceitos da legislação vigente.

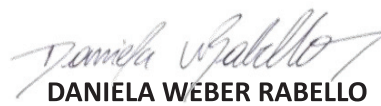
Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2022.


GIANCARLO GIACOMINI GERMANY

Diretor Executivo

Atuário – MIBA 1020

giancarlo@mirador360.com.br


DANIELA WEBER RABELLO

Consultora Sênior

Atuária - MIBA 1747

daniela@mirador360.com.br

2.2. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Ilmos. Srs.

Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC

Rua Dom Jaime Câmara, 217.

88015-120 Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas da **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

a) Ajuste de Precificação do Plano de Benefícios I

Chamamos a atenção para a Nota 4.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios I. De acordo com a Instrução PREVIC nº 33/2020, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2021, apresentou resultado positivo de R\$ 8.289 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

b) Ajuste de Precificação do Plano de Benefícios Multifuturo I

Chamamos a atenção para a Nota 4.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios Multifuturo I. De acordo com a Instrução PREVIC nº 33/2020, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2021, apresentou resultado positivo de R\$ 12.985 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

c) Ajuste de Precificação do Plano de Benefícios Multifuturo II

Chamamos a atenção para a Nota 4.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios Multifuturo II. De acordo com a Instrução PREVIC nº 33/2020, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2021, apresentou resultado positivo de R\$ 248 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da *FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 02 de março de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, com ênfase sobre os mesmos assuntos do parágrafo de ênfase acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de emissão do nosso relatório não havíamos recebido o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos pelo que nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a *FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC* continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a *FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC* ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da *FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC* são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 04 de março de 2022.

EXACTO AUDITORIA LTDA.
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO
RODRIGUES:22483039049

Assinado de forma digital por DANIEL
EDUARDO RODRIGUES:22483039049
Dados: 2022.03.04 10:24:43 -03'00'

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC RS-030361/O-2
CPF: 224.830.390-49

2.3. Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Fundação Codesc de Seguridade Social FUSESC, de acordo com as Disposições Legais Estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano Benefícios I, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido -DMAL Plano Benefícios I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (Consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Benefícios I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Multifuturo I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Multifuturo II, referente ao exercício de 2021, bem como as Notas Explicativas, relatórios de conciliação, inventários de bens e outros documentos, e tendo em vista os Pareceres de Auditoria e Atuarial, da Exacto Auditoria S/S e da Mirador Assessoria Atuarial Ltda., respectivamente, são do parecer que os valores contábeis refletem a situação econ mico-financeira da Entidade, e opinam favoravelmente pela aprovação das Demonstrações Contábeis.

Florianópolis, 14 de març o de 2022.

Ricardo Bayer Battistotti
Presidente

Rodrigo Mucelin
Conselheiro

Kleberson Luiz Isensee
Conselheiro

Sérgio Luiz Muniz
Conselheiro

2.4. Parecer do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC, em reunião realizada no dia 16 de março de 2022 no uso de suas atribuições, que lhes confere o item XIII do artigo 20 do Estatuto, após o exame dos documentos: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano Benefícios I, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração do Ativo Líquido - DAL Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (Consolidada), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL Plano Benefícios I, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (Consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Benefícios I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Multifuturo I, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT Multifuturo II, referente ao exercício de 2021, bem como as Notas Explicativas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e considerando os Pareceres do Atuário, da Auditoria e do Conselho Fiscal, decidiram, por unanimidade, pela sua aprovação.

Florianópolis, 16 de março de 2022.

Pedro Bramont
Presidente

Anderson dos Santos
Conselheiro

Mauro Luiz de Oliveira
Conselheiro

Marselle Goulart
Conselheira

Fernanda Lamers Grunitzky
Conselheira

Guniberd Metzler
Conselheiro

3. Investimentos

3.1. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos – Plano Multifuturo II

INFORMAÇÕES GERAIS:

CNPB: 2002004692

SIGLA: FUSESC

PLANO DE BENEFÍCIOS: PLANO MULTIFUTURO II

TIPO DE PLANO: CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

META ATUARIAL: INPC + 3,87% A.A.

ATA APROVAÇÃO CODEL: 397/2020

VIGÊNCIA: 01/01/2021

HORIZONTE TEMPORAL: 60 MESES

RESPONSÁVEIS:

- **ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS (ARPB):** DIRETOR SUPERINTENDENTE
- **ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETO):** DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
- **ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO RISCO (ARR):** DIRETOR SUPERINTENDENTE
- **DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE:** DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

RENTABILIDADES AUFERIDAS: Idem PI 2022 encaminhadas PREVIC

SEGMENTO	2017	2018	2019	2020	2021	ACUMULADO
Plano	9,19%	8,59%	9,17%	9,83%	9,48%	55,64%
Renda Fixa	9,19%	9,60%	9,10%	10,63%	13,47%	63,90%
Renda Variável	27,09%	14,03%	33,94%	3,35%	-16,20%	68,11%
Estruturado	15,57%	6,02%	7,47%	3,75%	3,91%	41,96%
Imobiliário	-1,01%	-0,68%	4,16%	1,67%	5,75%	10,11%
Operações com Participantes	11,41%	13,66%	12,14%	14,04%	21,00%	95,95%
Exterior	-	-	-	-	-	-

BENCHMARK POR SEGMENTO: Item 11 PI 2021 (Benchmarks por segmento e metas de rentabilidade)

SEGMENTO	BENCHMARK	RETORNO ESPERADO
Renda Fixa	INPC + 4,05% a.a.	7,32% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA + 1,75% a.a.	11,09% a.a.
Estruturado	INPC + 4,06% a.a.	7,33% a.a.
Imobiliário	INPC + 3,87% a.a.	7,13% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 7,44% a.a.	10,81% a.a.
Exterior	35% (CDI + 3,00% a.a.) + 65% MSCI WORLD (BRL)	6,01% a.a.

GESTÃO DE RISCO: Item 14.1.1.1 PI 2021 (VaR)

MANDATO	DESCRIÇÃO	BENCHMARK	LIMITE
Fundos Exclusivos de Renda Fixa Ativos	Tratam-se dos fundos e carteiras em que a FUSESC faz gestão de renda fixa, de acordo com critérios estabelecidos nesta política de investimento.	INPC + 4,05% a.a.	5,00%
Fundos Exclusivos Créditos Privado	Fundos de renda fixa que buscam obter prêmio em relação à renda fixa tradicional através da alocação dos recursos em ativos de crédito privado.	INPC + 4,05% a.a.	3,00%
Fundos de Renda Fixa Não Exclusivos	Fundos de renda fixa com exposição em CDI, inflação, taxa pré, ativos de crédito privado, etc;	INPC + 4,05% a.a.	5,00%
Fundos de Participação	Fundos de investimento que adquirem participações de empresas não-listadas em Bolsa.	INPC + 7,00% a.a.	NA
Fundos Imobiliários	Fundos compostos por investimentos do setor imobiliário.	INPC + 5,00% a.a.	NA

Item 14.1.1.2 PI 2021 (Benchmark-VaR)

MANDATO	DESCRIÇÃO	BENCHMARK	LIMITE
Fundos multimercados institucionais não exclusivos	Fundos multimercados não exclusivos que promovem investimentos em ativos de renda variável, moedas e derivativos, dentre outros, com as limitações impostas pela legislação aos fundos multimercado tradicionais, os quais serão consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.	INPC + 4,05% a.a.	3,50%
Fundos exclusivos multimercados estruturados	Fundos multimercados estruturados exclusivos que promovem investimentos em ativos de renda variável, moedas e derivativos, dentre outros, sem as limitações impostas pela legislação aos fundos multimercado tradicionais, os quais não serão consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.	INPC + 4,06% a.a.	8,00%
Fundos multimercados estruturados não exclusivos	Fundos multimercados estruturados exclusivos que promovem investimentos em ativos de renda variável, moedas e derivativos, dentre outros, sem as limitações impostas pela legislação aos fundos multimercado tradicionais, os quais não serão consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.	INPC + 4,06% a.a.	8,00%
Renda Variável	Esse mandato engloba os investimentos em ativos-fundos de renda variável com menor correlação com os índices tradicionais do mercado e que buscam atingir retornos diferenciados no longo prazo.	IBOVESPA 1,75% a.a.	15,00%
Investimentos no Exterior – Renda Fixa	Fundos RF e Mult Institucional com expressiva alocação no exterior.	CDI + 3,00% a.a.	10,00%
Investimentos no Exterior – Renda Variável	Fundos de RV com expressiva alocação no exterior.	MSCI WORLD (BRL)	15,00%

LIMITES POR SEGMENTO: Item 6.3 PI 2022 (Ativo)

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	BANDA DE REBALANCEAMENTO
Renda Fixa	100%	79,49%	20%-100%
Renda Variável	70%	5,00%	0%-20%
Estruturado	20%	5,28%	0%-20%
Imobiliário	20%	5,06%	0%-15%
Operações com Participantes	15%	2,67%	0%-15%
Exterior	10%	2,50%	0%-10%

3.2. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

INFORMAÇÕES GERAIS:

PLANO DE BENEFÍCIOS: PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

TIPO DE PLANO: Gestão Administrativa

ATA APROVAÇÃO CODEL: 397/2020

VIGÊNCIA: 01/01/2021

HORIZONTE TEMPORAL: 60 MESES

RESPONSÁVEIS:

- **ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS (ARPB):** DIRETOR SUPERINTENDENTE
- **ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ):** DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
- **ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO RISCO (ARR):** DIRETOR SUPERINTENDENTE
- **DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE:** DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

RENTABILIDADES AUFERIDAS: Idem PI 2022 encaminhadas PREVIC

SEGMENTO	2017	2018	2019	2020	2021	ACUMULADO
Plano	10,27%	8,88%	9,14%	8,97%	8,36%	54,73%
Renda Fixa	9,46%	9,17%	8,60%	8,89%	11,16%	57,08%
Renda Variável	27,06%	14,02%	33,94%	3,33%	-16,39%	67,64%
Estruturado	16,06%	5,84%	6,66%	3,69%	4,11%	41,44%
Imobiliário	-	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	-	-	-	-	-	-
Exterior	-	-	-	-	-	-

BENCHMARK POR SEGMENTO: Item 11 PI 2021 (Benchmarks por segmento e metas de rentabilidade)

SEGMENTO	BENCHMARK	RETORNO ESPERADO
Renda Fixa	INPC + 4,05% a.a.	7,32% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA + 1,75% a.a.	11,09% a.a.
Estruturado	INPC + 4,06% a.a.	7,33% a.a.
Imobiliário	INPC + 3,87% a.a.	7,13% a.a.
Exterior	35% (CDI + 3,00% a.a.) + 65% MSCI WORLD (BRL)	6,01% a.a.

GESTÃO DE RISCO: Item 13.1.1.1 PI 2021 (VaR)

MANDATO	DESCRIÇÃO	BENCHMARK	LIMITE
Fundos Exclusivos de Renda Fixa Ativos	Tratam-se dos fundos e carteiras em que a FUSESC faz gestão de renda fixa, de acordo com critérios estabelecidos nesta política de investimento.	INPC + 4,05% a.a	5,00%
Fundos Exclusivos Créditos Privado	Fundos de renda fixa que buscam obter prêmio em relação à renda fixa tradicional através da alocação dos recursos em ativos de crédito privado.	INPC + 4,05% a.a	3,00%
Fundos de Renda Fixa Não Exclusivos	Fundos de renda fixa com exposição em CDI, inflação, taxa pré, ativos de crédito privado, etc;	INPC + 4,05% a.a	5,00%
Fundos de Participação	Fundos de investimento que adquirem participações de empresas não-listadas em Bolsa.	INPC + 7,00% a.a	NA
Fundos Imobiliários	Fundos compostos por investimentos do setor imobiliário.	INPC + 5,00% a.a	NA

Item 13.1.1.2 PI 2021 (Benchmark-VaR)

MANDATO	DESCRIÇÃO	BENCHMARK	LIMITE
Fundos multimercados institucionais não exclusivos	Fundos multimercados não exclusivos que promovem investimentos em ativos de renda variável, moedas e derivativos, dentre outros, com as limitações impostas pela legislação aos fundos multimercado tradicionais, os quais serão consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.	INPC + 4,05% a.a.	3,50%
Fundos exclusivos multimercados estruturados	Fundos multimercados estruturados exclusivos que promovem investimentos em ativos de renda variável, moedas e derivativos, dentre outros, sem as limitações impostas pela legislação aos fundos multimercado tradicionais, os quais não serão consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.	INPC + 4,06% a.a.	8,00%
Fundos multimercados estruturados não exclusivos	Fundos multimercados estruturados exclusivos que promovem investimentos em ativos de renda variável, moedas e derivativos, dentre outros, sem as limitações impostas pela legislação aos fundos multimercado tradicionais, os quais não serão consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.	INPC + 4,06% a.a.	8,00%
Renda Variável	Esse mandato engloba os investimentos em ativos-fundos de renda variável com menor correlação com os índices tradicionais do mercado e que buscam atingir retornos diferenciados no longo prazo.	IBOVESPA 1,75% a.a.	15,00%
Investimentos no Exterior – Renda Fixa	Fundos RF e Mult Institucional com expressiva alocação no exterior.	CDI + 3,00% a.a.	10,00%
Investimentos no Exterior – Renda Variável	Fundos de RV com expressiva alocação no exterior.	MSCI WORLD (BRL)	15,00%

LIMITES POR SEGMENTO: Item 5.2 PI 2022 (Ativo)

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	BANDA DE REBALANCEAMENTO
Renda Fixa	100%	87,18%	35%-100%
Renda Variável	70%	5,00%	0%-20%
Estruturado	20%	5,32%	0%-20%
Imobiliário	20%	0,00%	0%-15%
Exterior	10%	2,50%	0%-10%

3.3. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos – Plano Multifuturo II

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE:
FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO:
DEZEMBRO DE 2021

SIGLA:	CÓDIGO:
FUSESC	0055-2

CNPJ:
83.564.443/0001-32

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2020	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2021	% APLIC.	% LIMITES RES. n° 4.661, de 25 de maio/18 e Política Investimentos
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	308.139.490,37	100,00	322.560.056,82	100,00	
DISPONÍVEL	132.327,83	0,04	119.828,25	0,04	
Bancos e Caixa	132.327,83	0,04	119.828,25	0,04	
TÍTULOS PÚBLICOS	136.509.235,89	44,30	181.196.732,40	56,17	Renda Fixa
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	136.509.235,89	44,30	181.196.732,40	56,17	Legal até 100%
Notas do Tesouro Nacional - NTN	136.509.235,89	44,30	179.175.757,54	55,55	Limite Política
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	2.020.974,86	0,63	Inferior/Superior
(-) Valores a Pagar	-	-	-	-	20% - 100%
ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITOS PRIVADO	919.542,29	0,30	919.542,29	0,29	
COMPANHIAS ABERTAS	919.542,29	0,30	919.542,29	0,29	
Debêntures Conversíveis	-	-	-	-	
Buettner (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
Debêntures Não Conversíveis	919.542,29	0,30	919.542,29	0,29	
Hauscenter S.A (Provisão perdas iminentes de 53% em 2021 e 53% em 2020)	919.542,29	0,30	919.542,29	0,29	
Teka (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
RENDA VARIÁVEL	-	-	-	-	Renda Variável
COMPANHIAS ABERTAS	-	-	-	-	Legal até 70%
Mercado de Ações	-	-	-	-	Limite Política
Lorenz (Provisão de 100% para perdas iminentes) - ON	-	-	-	-	Inferior/Superior
FUNDOS DE INVESTIMENTO	147.109.467,66	47,74	117.175.617,04	36,33	0% - 20%
Renda Fixa	-	-	-	-	
Modal Gaia	-	-	-	-	
Ações	30.521.494,05	9,91	14.137.503,30	4,38	
Bradesco Platina	30.521.494,05	9,91	14.137.503,30	4,38	
Multimercado	113.083.764,32	36,70	101.576.302,38	31,49	
Multimercado Institucional	67.784.840,32	22,00	75.295.884,85	23,34	
Banco do Brasil - Ágata II - Exclusivo	67.784.840,32	22,00	75.295.884,85	23,34	
Multimercado Estruturado	45.298.924,00	14,70	26.280.417,53	8,15	Estruturado
Bradesco FIC MM Prata - Exclusivo	45.298.924,00	14,70	26.280.417,53	8,15	Legal até 20%
Direito Creditórios	766.644,45	0,25	-	-	Limite Política
FIDC Ático Abengoa	766.644,45	0,25	-	-	Inferior/Superior
Participações	1.206.749,47	0,39	906.530,90	0,28	0% - 20%
Brasil Portos e Ativos Logísticos Fip	151.013,92	0,05	239.986,69	0,07	
Brasil Óleo & Gás Fip	47,66	-	0,03	-	
Kinea Private Equity II Fip	450.352,36	0,15	447.712,90	0,14	
Riviera GR Industrial Fip	605.335,53	0,20	218.938,86	0,07	
(-) Valores a Pagar Brasil Óleo & Gás Fip	-	-	(107,58)		

Imobiliário	1.530.815,37	0,50	555.280,46	0,18	
BB Renda Corporativa	589.254,60	0,19	463.094,22	0,14	
Claritas Logística	936.355,68	0,30	92.186,24	0,03	
(+) Valores a Receber Claritas Logística	5.205,09	-	-	-	
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS - Proporção 9,365514 Total Imóveis	14.973.040,41	4,86	15.063.762,08	4,67	Imobiliário
ALUGUEIS E RENDA	11.838.857,83	3,84	10.116.011,56	3,14	Legal até 20%
Uso Próprio	732.895,55	0,24	155.774,81	0,05	Limite Política
Rua Dom Jaime Câmara nº 217 (2020)/Av. Osmar Cunha, 251 (2021), Centro - Fpolis/SC	732.729,86	0,24	155.800,78	0,05	Inferior/Superior
(+) Valores a Receber	165,69	-	-	-	0% - 15%
(-) Valores a Pagar	-	-	(25,97)	-	
Locadas às Patrocinadoras	481,80	-	(2,93)	-	
Rua Antônio de Paula Velho s/n, B. Jardim da Serra/SC	-	-	-	-	
(+) Valores a Receber	484,26	-	-	-	
(-) Valores a Pagar	(2,46)	-	(2,93)	-	
Locados a Terceiros	11.105.480,48	3,60	9.960.239,68	3,09	
Av. Osmar Cunha nº 23, Ed. Pérola Negra, Centro - Fpolis/SC	1.624.620,75	0,53	1.284.977,74	0,40	
Rua Jerônimo Coelho nº 33, Ed. Ildefonso Linhares, C/Fpolis/SC	235.860,53	0,08	216.623,41	0,07	
Av. Hercílio Luz nº 59, Ed. Alpha Centauri, Centro - Fpolis/SC	126.182,19	0,04	95.812,96	0,03	
Av. Osmar Cunha nº 15, Ed. Ceisa Center, Centro - Fpolis/SC	340.719,94	0,11	279.061,42	0,09	
Av. Rio Branco nº 155, Ed. Planel Towers, Centro - Fpolis/SC	1.288.086,61	0,42	1.235.779,59	0,38	
Rua Santos Saraiva nº 1155, Estreito, Centro - Fpolis/SC	442.376,68	0,14	411.604,05	0,13	
Av. Rio Branco nº 159, Ed. Barra Sul, Centro - Fpolis/SC	4.366.270,79	1,42	4.116.438,74	1,28	
Rua Álvaro de Carvalho, esq. Ten. Silveira, Ed. Mapil, C/Fpolis/SC	458.580,84	0,15	307.498,86	0,10	
Rua Ten. Silveira nº 63, Ed. Reflex, Centro - Fpolis/SC	679.382,96	0,22	611.272,12	0,19	
Rua Artista Bittencourt s/n, Ed. Alcides Abreu, Centro - Fpolis/SC	819.965,91	0,27	539.743,95	0,17	
Rua Dom Jaime Câmara nº 259, Ed. Pedro Gil, Centro - Fpolis/SC	391.006,71	0,13	-	-	
Rua Sérgio Glevinski s/n, Papanduva/SC	-	-	-	-	
Rua Dom Jaime Câmara nº 217, Centro - Fpolis/SC	281.928,50	0,09	831.043,28	0,26	
(+) Valores a Receber	282.941,69	0,09	168.447,62	0,05	
(-) Provisão perdas iminentes	(231.430,25)	(0,08)	(134.676,36)	-	
(-) Valores a Pagar	(1.013,37)	-	(3.387,70)	-	
DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE IMÓVEIS E TERRENOS	3.134.182,58	1,02	4.947.750,52	1,53	
Av. Getúlio Vargas s/n, Centro - Biguaçu/SC	40.747,15	0,01	50.946,48	0,02	
Rua Presidente Coutinho nº 84, Centro - Fpolis/SC	3.134.182,58	1,02	4.947.750,52	1,53	
(-) Av. Getúlio Vargas s/n, Centro - Biguaçu/SC (Provisão perdas 100%)	(40.747,15)	(0,01)	(50.946,48)	(0,02)	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	8.495.876,29	2,76	8.084.574,76	2,51	Oper. Particip.
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	8.495.876,29	2,76	8.084.574,76	2,51	Legal até 15%
Pos-fixados	8.391.495,45	2,72	7.978.234,40	2,47	Limite Política
(+) Valores a Receber	104.380,84	0,03	107.499,08	0,03	Inferior/Superior
(-) Provisão perdas iminentes	-	-	(1.158,72)	-	0% - 15%
(-) Valores a Pagar	-	-	-	-	

QUADRO III - OBSERVAÇÕES

1. Este resumo esta sendo apresentado de acordo com a Resolução CNPC nº 32, de 04/12/2019 que revogou a Resolução CGPC nº 23, de 06/12/06 e a Resolução CGPC nº 07, 04/12/2003.					
2. Demonstraremos a rentabilidade acumulada					
POR PLANOS DE BENEFÍCIOS SEGMENTOS		RENTABILIDADE	BENCHMARKS		
RENDA FIXA		13,47%	MII 14,62% (INPC + 4,05%)		
RENDA VARIÁVEL		-16,20%	MII -10,38% (IBOVESPA + 1,75%)		
INVESTIMENTO ESTRUTURADO		3,91%	MII 14,63% (INPC + 4,06%)		
IMOBILIÁRIO		5,75%	MII 14,42% (INPC + 3,87%)		
EMPRÉSTIMOS		21,00%	MII 19,34% (INPC + 7,44%)		
CARTEIRA TOTAL		9,48%			
2.1 Rentabilidade líquida e bruta por Fundo de Investimento:					
	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade Líquida (%)	Taxa de Administração (R\$)	Taxa de Performance (R\$)	Demais custos incorridos com a administração terceirizada (R\$)
BB ÁGATA II FIM CRÉDITO PRIVADO	5,98%	5,94%	174.124,63	0,00	184.045,33
BRABESCO FIC FIA PLATINA	-16,79%	-16,79%	0,00	0,00	112.536,52
BRABESCO FIC FI MM PRATA	3,59%	3,59%	0,00	0,00	133.603,65
3. A meta atuarial da FUSESC é de INPC (mês anterior) mais 3,87% ao ano, sendo que o acumulado no ano de 2021 ficou em 15,25%;					

4. A Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 que revogou a Resolução CMN nº 3.792, de 28/09/2009, desobriga as EFPC's de elaborar a Divergência não Planejada (DNP), que representa a rentabilidade dos investimentos comparada com a meta atuarial da Fundação, desde que possua um modelo próprio de monitoramento de risco de investimentos. Desde o exercício de 2010 a Fundação deixou de elaborar a DNP por possuir tal monitoramento de risco.

5. O valor ao Risco de Mercado (VaR), em 31/12/2021, está demonstrado como segue:

Mandato	Benchmark	Modelo	% Observado	Limite	Horiz. de Tempo
Mandato Exclusivo MM Estruturado	INPC + 4,06%	B-VaR	1,84%	8,00%	21 dias
Mandato Exclusivo Crédito Privado	INPC + 4,22%	VaR	0,49%	3,00%	21 dias
Mandato Renda Variável Ativa	Ibovespa + 1,75% a.a.	B-VaR	2,15%	15,00%	21 dias

6. Os Fundos de Investimentos com gestão terceirizada estão discriminados no QUADRO II e totalizados por segmento, como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR	% Sobre o total da Gestão Terceirizada	% Sobre o total dos Investimentos do Plano
RENDA FIXA	75.295.884,85	64,26	23,34
RENDA VARIÁVEL	14.137.503,30	12,07	4,38
INVESTIMENTOS ESTRUTURADO	27.186.948,43	23,20	8,43
IMOBILIÁRIO	555.280,46	0,47	0,18
TOTAL	117.175.617,04	100,00	36,33

7. DESENVOLVIMENTO: As aplicações estão enquadradas de acordo com a legislação vigente.

8. Demonstramos a seguir o total dos investimentos do Plano de Benefício assim como o seus respectivos valores por segmento, em reais e percentuais relativos aos recursos garantidores das Reservas Técnicas:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	% APL.	31/12/2021	% APL.
PLANO DE BENEFÍCIO MULTIFUTURO II	308.139.490,37	100,00	322.560.056,82	100,00
Disponível	132.327,83	0,04	119.828,25	0,04
Renda Fixa	205.980.262,95	66,85	257.412.159,54	79,81
Renda Variável	30.521.494,05	9,91	14.137.503,30	4,38
Investimento Estruturado	46.505.673,47	15,09	27.186.948,43	8,43
Imóveis	16.503.855,78	5,36	15.619.042,54	4,84
Empréstimos	8.495.876,29	2,76	8.084.574,76	2,51

QUADRO I V - EMPRESA RESPONSÁVEL PELA AUDITORIA DE GESTÃO

A empresa responsável pela auditoria de gestão da FUSESC é a EXACTO AUDITORIA S.S.

QUADRO V - ADMINISTRADOR TECNICAMENTE QUALIFICADO

O administrador tecnicamente qualificado da FUSESC é o Sr. Carlos Eduardo Pitz, CPF nº 005.650.579-52, telefone para contato (48) 32519333 e E-mail para contato: fusc@fusc.com.br

3.4. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE:
FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO:
DEZEMBRO DE 2021

SIGLA:	CÓDIGO:
FUSESC	0055-2

CNPJ:
83.564.443/0001-32

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2020	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO /2021	% APLIC.	% LIMITES RES. nº 4.661, de 25 de maio/18 e Política Investimentos
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	116.620.190,47	100,00	123.365.453,05	100,00	
DISPONÍVEL	100.556,55	0,09	345.181,65	0,28	
Bancos e Caixa	100.556,55	0,09	345.181,65	0,28	
TÍTULOS PÚBLICOS	40.614.619,84	34,83	49.856.525,93	40,41	Renda Fixa
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	40.614.619,84	34,83	49.856.525,93	40,41	Legal até 100%
Notas do Tesouro Nacional - NTN	40.614.619,84	34,83	48.846.406,89	39,59	Limite Política
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	1.010.119,04	0,82	Inferior/Superior
(+) Valores a Receber	-	-	-	-	35% - 100%
ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITOS PRIVADO	416.092,22	0,36	416.092,23	0,34	
COMPANHIAS ABERTAS	416.092,22	0,36	416.092,23	0,34	
Debêntures Conversíveis	-	-	-	-	
Buettner (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
Debêntures Não Conversíveis	416.092,22	0,36	416.092,23	0,34	
Hauscenter S.A (Provisão perdas iminentes de 53% em 2021 e 53% em 2020)	416.092,22	0,36	416.092,23	0,34	
Teka (Provisão de 100% para perdas iminentes)	-	-	-	-	
RENTA VARIÁVEL	-	-	-	-	Renda Variável
COMPANHIAS ABERTAS	-	-	-	-	Legal até 70%
Mercado de Ações	-	-	-	-	Limite Política
Lorenz (Provisão de 100% para perdas iminentes) - ON	-	-	-	-	Inferior/Superior
FUNDOS DE INVESTIMENTO	75.488.921,86	64,73	72.747.653,24	58,97	0% - 20%
Renda Fixa	-	-	-	-	
Modal Gaia	-	-	-	-	
Ações	11.263.516,47	9,66	5.275.497,33	4,28	Estruturado
Bradesco Platina	11.263.516,47	9,66	5.275.497,33	4,28	Legal até 20%
Multimercado	63.695.784,01	54,62	67.079.919,36	54,37	Limite Política
Multimercado Institucional	51.447.731,41	44,12	54.392.641,30	44,09	Inferior/Superior
Banco do Brasil - Ágata II - Exclusivo	51.447.731,41	44,12	54.392.641,30	44,09	0% - 20%
Multimercado Estruturado	12.248.052,60	10,50	12.687.278,06	10,28	
Bradesco FIC MM Prata - Exclusivo	12.248.052,60	10,50	12.687.278,06	10,28	
Participações	529.621,38	0,45	392.236,55	0,32	Imobiliário
Brasil Portos e Ativos Logísticos Fip	60.405,57	0,05	95.994,68	0,08	Legal até 20%
Brasil Óleo & Gás Fip	21,18	-	0,01	-	Limite Política
Kinea Private Equity II Fip	200.156,61	0,17	198.983,51	0,16	Inferior/Superior
Riviera GR Industrial Fip	269.038,02	0,23	97.306,16	0,08	0% - 15%
(-) Valores a Pagar Brasil Óleo & Gás Fip	-	-	(47,81)	-	

QUADRO III - OBSERVAÇÕES

1. Este resumo esta sendo apresentado de acordo com a Resolução CNPC nº 32, de 04/12/2019 que revogou a Resolução CGPC nº 23, de 06/12/06 e a Resolução CGPC nº 07, 04/12/2003.

2. Demonstraremos a rentabilidade acumulada

POR PLANO GESTÃO ADMINISTRATIVA -PGA		RENTABILIDADE	BENCHMARKS
SEGMENTOS			
RENTA FIXA		11,16%	PGA 14,62% (INPC + 4,05%)
RENTA VARIÁVEL		-16,39%	PGA -10,38% (IBOVESPA + 1,75%)
INVESTIMENTO ESTRUTURADO		4,12%	PGA 14,63% (INPC + 4,06%)
IMOBILIÁRIO		0,00%	PGA 14,42% (INPC + 3,87%)
CARTEIRA TOTAL		8,36%	

2.1 Rentabilidade líquida e bruta por Fundo de Investimento:

	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade de Líquida (%)	Taxa de Administração (R\$)	Taxa de Performance (R\$)	Demais custos incorridos com a administração terceirizada (R\$)
BB ÁGATA II FIM CRÉDITO PRIVADO	5,98%	5,94%	174.124,63	0,00	184.045,33
BRADERCO FIC FIA PLATINA	-16,79%	-16,79%	0,00	0,00	112.536,52
BRADERCO FIC FI MM PRATA	3,59%	3,59%	0,00	0,00	133.603,65

3. A meta atuarial da FUSESC é de INPC (mês anterior) mais 3,87% ao ano, sendo que o acumulado no ano de 2021 ficou em 15,25%;

4. A Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 que revogou a Resolução CMN nº 3.792, de 28/09/2009, desobriga as EFPC's de elaborar a Divergência não Planejada (DNP), que representa a rentabilidade dos investimentos comparada com a meta atuarial da Fundação, desde que possua um modelo próprio de monitoramento de risco de investimentos. Desde o exercício de 2010 a Fundação deixou de elaborar a DNP por possuir tal monitoramento de risco.

5. O valor ao Risco de Mercado (VaR), em 31/12/2021, está demonstrado como segue:

Mandato	Benchmark	Modelo	% Observado	Limite	Horiz. de Tempo
Mandato Exclusivo MM Estruturado	INPC + 4,06%	B-VaR	1,84%	8,00%	21 dias
Mandato Exclusivo Crédito Privado	INPC + 4,22%	VaR	0,49%	3,00%	21 dias
Mandato Renda Variável Ativa	Ibovespa + 1,75% a.a.	B-VaR	2,15%	15,00%	21 dias

6. Os Fundos de Investimentos com gestão terceirizada estão discriminados no QUADRO II e totalizados por segmento, como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR	% Sobre o total da Gestão Terceirizada	% Sobre o total dos Investimentos do Plano
RENTA FIXA	54.392.641,30	74,78	44,09
RENTA VARIÁVEL	5.275.497,33	7,25	4,28
INVESTIMENTOS ESTRUTURADO	13.079.514,61	17,98	10,60
IMOBILIÁRIO	0,00	-	-
TOTAL	72.747.653,24	100,00	58,97

7. DESENQUADRAMENTO: As aplicações estão enquadradas de acordo com a legislação vigente.

8. Demonstramos a seguir o total dos investimentos do Plano assim como o seus respectivos valores por segmento, em reais e percentuais relativos aos recursos garantidores das Reservas Técnicas:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	% APL.	31/12/2021	% APL.
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	116.620.190,47	100,00	123.365.453,05	100,00
Disponível	100.556,55	0,09	345.181,65	0,28
Renda Fixa	92.478.443,47	79,30	104.665.259,46	84,84
Renda Variável	11.263.516,47	9,66	5.275.497,33	4,28
Investimento Estruturado	12.777.673,98	10,96	13.079.514,61	10,60

9. As despesas incorridas com taxas de administração, performance e corretagem da Carteira Própria e Fundos de Investimento Exclusivo são registradas dentro dos Fundos de Investimentos, e as despesas de custódia e diretas de investimentos são registradas no grupo de investimentos da Fundação e são segregadas por Plano de Benefícios. Estão demonstrados a seguir as despesas Diretas de Investimentos e da Gestão Administrativa de Investimento e Previdencial:

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE INVESTIMENTOS TOTAL E POR PLANO

DESCRIÇÃO	BEN. I	MULT. I	MULT. II	PGA	TOTAL 2021	TOTAL 2020	VAR. %
Despesas Pessoal e Encargos	1.682.879,60	4.062.921,04	670.521,34	-	6.416.321,98	5.882.929,14	9,07
Honorários dos Conselheiros	146.240,51	353.063,52	58.267,57	-	557.571,60	450.273,59	23,83
Honorários de Dirigentes	347.982,03	840.121,50	138.648,86	-	1.326.752,39	1.156.786,27	14,69
Pessoal Próprio	1.188.657,06	2.869.736,02	473.604,91	-	4.531.997,99	4.275.869,28	5,99
Trein./Congr. e Sem./Viag. e Estadias	8.955,56	21.621,03	3.568,21	-	34.144,80	44.522,44	(23,31)
Treinamentos/Congresso e Seminários	8.645,56	20.872,62	3.444,70	-	32.962,88	35.055,94	(5,97)
Viagens e Estadias	310,00	748,41	123,51	-	1.181,92	9.466,50	(87,51)
Despesas Serviços de Terceiros	607.804,28	1.433.050,31	224.032,95	-	2.264.887,54	2.120.305,59	6,82
Consultoria Atuarial	46.199,53	111.538,00	18.407,61	-	176.145,14	167.932,35	4,89
Consultoria Investimentos	30.007,73	72.446,76	11.956,28	-	114.410,77	110.397,94	3,63
Consultoria Jurídica	84.270,03	169.098,66	15.437,56	-	268.806,25	249.611,09	7,69
Tecnologia da Informação	288.251,59	695.916,21	114.850,01	-	1.099.017,81	1.094.108,31	0,45
Serviços Contábeis	71.162,66	171.805,64	28.353,84	-	271.322,14	34.973,16	675,80
Auditoria Contábil	9.630,36	23.250,48	3.837,16	-	36.718,00	34.973,16	4,99
Serviços de Conservação e Manutenção	26.337,13	63.584,77	10.493,63	-	100.415,53	161.224,01	(37,72)
Outros Serv. Terceiros	51.945,25	125.409,79	20.696,86	-	198.051,90	267.085,57	(25,85)
Despesas Gerais	224.346,15	746.425,10	72.080,35	-	1.042.851,60	1.248.755,47	(16,49)
Informativo e Divulgação	444,82	834,69	140,43	-	1.419,94	39.823,65	(96,43)
Locação	79.530,84	127.139,46	21.355,80	-	228.026,10	404.483,10	(43,63)
Água e Energia Elétrica	8.873,31	21.422,56	3.535,47	-	33.831,34	59.061,82	(42,72)
Comunicação	46.425,74	112.083,96	18.497,71	-	177.007,41	153.497,01	15,32
Entidades Associadas	22.009,78	53.137,32	8.769,46	-	83.916,56	82.878,40	1,25
Impostos e Taxas	16.130,10	38.942,44	6.426,83	-	61.499,37	43.943,72	39,95
Custas e Despesas Judiciais	22.314,22	325.496,84	2.339,43	-	350.150,49	303.071,91	15,53
Outras Desp. Gerais (Manut., Mat., Seg., Alien. Imob., demais)	28.617,34	67.367,83	11.015,22	-	107.000,39	161.995,86	(33,95)
Depreciação e Amortização	24.835,84	59.960,38	9.895,53	-	94.691,75	91.617,12	3,36
Depreciação e Amortização	24.835,84	59.960,38	9.895,53	-	94.691,75	91.617,12	3,36
Tributos (Tafic, Pis/Cofins)	60.000,00	120.000,00	32.000,00	-	212.000,00	204.000,00	3,92
Tributos (Tafic, Pis /Cofins)	60.000,00	120.000,00	32.000,00	-	212.000,00	204.000,00	3,92
Outras Despesas (Alienação Imob.)	1.271,63	3.070,04	506,66	-	4.848,33	2.636,69	83,88
Outras Despesas (Alienação Imob.)	1.271,63	3.070,04	506,66	-	4.848,33	2.636,69	83,88
Total das Despesas Administrativas	2.610.093,06	6.447.047,90	1.012.605,04	-	10.069.746,00	9.594.766,45	4,95
Diretas Grupo Investimentos	202.411,69	298.711,45	68.977,54	32.256,04	602.356,72	522.980,78	15,18
Taxa de Custódia	82.493,13	125.509,31	27.090,17	7.813,27	242.905,88	215.852,22	12,53
Taxa de Controladoria	21.795,32	84.467,03	20.288,80	11.365,59	137.916,74	131.102,57	5,20
Taxa CETIP/SELIC/CBLC/Demais	98.123,24	88.735,11	21.598,57	13.077,18	221.534,10	176.025,99	25,85
Diretas Fundos de Investimentos	22.007,17	25.975,60	99.980,36	26.161,50	174.124,63	168.817,34	3,14
Taxa de Administração, Performance e Corretagem	22.007,17	25.975,60	99.980,36	26.161,50	174.124,63	168.817,34	3,14
TOTAL	2.834.511,92	6.771.734,95	1.181.562,94	58.417,54	10.846.227,35	10.286.564,57	5,44

QUADRO IV - EMPRESA RESPONSÁVEL PELA AUDITORIA DE GESTÃO

A empresa responsável pela auditoria de gestão da FUSESC é a EXACTO AUDITORIA S.S.

QUADRO V - ADMINISTRADOR TÉCNICAMENTE QUALIFICADO

O administrador tecnicamente qualificado da FUSESC é o Sr. Carlos Eduardo Pitz, CPF nº 005.650.579-52, telefone para contato (48) 32519333 e E-mail para contato: fusesc@fusesc.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente: **Vânio Boing**

Diretor Financeiro e Administrativo: **Carlos Eduardo Pitz**

EXPEDIENTE

Coordenação na Fusesc: **Carolina Pereira Simões**

Produção gráfica: **Frente Comunicação**



FUSC

FUNDAÇÃO CODESC
DE SEGURIDADE SOCIAL

Juntos no presente e no futuro

Av. Prefeito Osmar Cunha, 251, Sala 802 | CEP 88015-100 | Florianópolis/SC

Central de atendimento: 0800 048 3000 (ligação gratuita)

www.fusesc.com.br | central@fusesc.com.br

facebook.com/fusesc | instagram.com/fusescprevidencia